



## ACADEMIA MILITAR

# CRIMES DE GUERRA EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ E O TRABALHO DO OFICIAL DE INFANTARIA NA SUA PREVENÇÃO

Aspirante Aluno de Infantaria  
Henrique Manuel Rodrigues Bastos

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, julho de 2013



## ACADEMIA MILITAR

# CRIMES DE GUERRA EM OPERAÇÕES DE APOIO À PAZ E O TRABALHO DO OFICIAL DE INFANTARIA NA SUA PREVENÇÃO

Aspirante Aluno de Infantaria  
Henrique Manuel Rodrigues Bastos

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada  
Lisboa, julho de 2013

*“Quando a arma que mata defende a  
liberdade e a vida, os Santos  
choram mas não acusam”*

**Santo Agostinho**

## **Dedicatória**

*Ao meu avô Germecindo,  
que sempre esteve presente,  
apesar da sua ausência física*

## **Agradecimentos**

Expresso aqui os meus agradecimentos a todas as pessoas que me ajudaram na execução deste Trabalho de Investigação Aplicada, resultado de um percurso académico longo e de um grande esforço pessoal, mas não o conseguiria realizar sem a colaboração, direta ou indireta, das seguintes pessoas:

Ao Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão, meu orientador, agradeço o apoio e confiança depositada, ao ter aceite o desafio de orientar este trabalho, que estimulou a minha reflexão sobre a problemática da guerra, na sua dimensão humanitária.

A minha palavra de reconhecimento e agradecimento é igualmente estendida ao Tenente Coronel de Administração Militar Coelho Santos pela sua enorme vontade de cooperar neste trabalho.

Aos meus Pais, Irmãs, restante Família e Namorada, as manifestações de afeto e incentivo.

Aos meus Amigos e Camaradas que, sempre me acompanharam nesta longa caminhada.

A todas estas pessoas deixo aqui o meu sincero agradecimento!

## Resumo

Através de um contexto de Conflitos Armados Contemporâneos, surgem as Operações de Resposta a Crises, nomeadamente, as Operações de Apoio à Paz, sob as quais incide o Direito Internacional Humanitário como regulador da conduta das operações militares, assim surge a temática desta investigação, a ocorrência de violações ao Direito Internacional Humanitário em Operações de Apoio à Paz.

Esta investigação aborda o estudo do enquadramento jurídico dos militares presentes em tal cenário, que devem reger a sua conduta em conformidade com os princípios do Direito Internacional Humanitário, destacando-se a responsabilidade dos comandantes perante os seus subordinados.

O método utilizado neste trabalho foi a análise documental, utilizando em especial as leis estruturantes do Direito aplicável às Operações de Apoio à Paz.

Na realização deste trabalho surgiu a necessidade de caracterizar o Direito Internacional Humanitário e os seus princípios, assim como abordar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, as correspondentes implicações na legislação portuguesa, e identificar as Operações de Apoio à Paz com especial enfoco nas Operações de Manutenção de Paz e Operações de Imposição de Paz, e no respetivo enquadramento jurídico.

Analisando os dados obtidos, verifica-se que os militares em Operações de Apoio à Paz estão sujeitos a uma responsabilidade criminal individual, ou de chefes-militares, e as violações ao Direito Internacional Humanitário podem ser julgadas pelos sistemas jurídicos nacionais, locais, ou pelo Tribunal Penal Internacional, contudo existem atenuantes resultantes de ordens superiores dependendo do conhecimento do militar infrator, um dos casos é o militar possuir conhecimento da ilegalidade dos seus atos apesar de ordenados por superior hierárquico.

**Palavras-Chave:** Direito Internacional Humanitário, Operações de Apoio à Paz, Tribunal Penal Internacional, Responsabilidade Criminal.

## **Abstract**

Crises Response Operations emerge from of the context of Contemporary Armed Conflicts, namely the Peace Support Operations that concerns about the International Humanitarian Law as a regulator of the conduct of military operations, and thus arises the subject of this investigation, the occurrence of violations of International Humanitarian Law in Peace Support Operations.

Therefore this research consists of the interpretation of the legal framework of the military that participate in such scenario, which should rule their conduct in accordance with the principles of International Humanitarian Law, this originated the fact of the awareness of the officers.

The method used in this work was the document analysis, using in particular the structuring laws that can be applied to Peace Support Operations.

In this work it became necessary to feature the International Humanitarian Law and its principles, as well as accost the International Criminal Court and its links with Portuguese law, and identify the Peace Support Operations with particular focus exclusively on Peace Keeping Operations and Peace Enforcement, and the legal framework.

Analyzing the obtained data, it appears that the military in Peace Support Operations are subject to individual criminal responsibility, or heads-military, and violations of International Humanitarian Law can be judged by the national legal systems, local, or at International Criminal Court, but there are mitigating circumstances resulting from higher orders depending on the knowledge of the soldier infraction, one of the cases is the soldier have the knowledge of the illegality of their acts despite being ordered by a officer of higher rank.

**Keywords:** International Humanitarian Law, Peace Support Operations, International Criminal Court, Criminal Responsibility.

## Índice Geral

<b>Dedicatória .....</b>	<b>ii</b>
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>iii</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>iv</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>v</b>
<b>Índice Geral.....</b>	<b>vi</b>
<b>Índice de Figuras .....</b>	<b>ix</b>
<b>Lista de Anexos .....</b>	<b>x</b>
<b>Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos .....</b>	<b>xi</b>
<b>Capítulo 1 Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1 Introdução .....	1
1.2 Enquadramento e Justificação do tema.....	2
1.3 Definição dos objetivos .....	3
1.4 Questões da investigação .....	3
1.5 Hipóteses.....	3
1.6 Metodologia e modelo metodológico da investigação.....	4
1.7 Síntese dos capítulos .....	4
<b>Capítulo 2 Direito Internacional Humanitário .....</b>	<b>6</b>
2.1 Caracterização do DIH .....	6
2.2 Princípios do Direito Internacional Humanitário.....	9
2.2.1 Humanidade .....	9
2.2.2 Necessidade Militar .....	11
2.2.3 Proporcionalidade .....	13
2.2.4 Distinção .....	14



2.3 Distinção entre <i>jus ad bellum</i> e <i>jus in bellum</i> .....	16
2.4 Interação do DIH com o <i>jus post bellum</i> .....	18
2.5 Limitação aos métodos e meios de guerra .....	19
2.5.1 Meios de Guerra.....	20
2.5.2 Métodos de Guerra.....	21
2.6 Tribunal Penal Internacional.....	23
2.6.1 Princípio da complementaridade .....	24
<b>Capítulo 3 Operações de Apoio à Paz.....</b>	<b>25</b>
3.1 Introdução .....	25
3.2 Operações de Manutenção de Paz .....	28
3.3 Operações de Imposição de Paz.....	29
<b>Capítulo 4 Estatuto jurídico dos militares envolvidos em OAP .....</b>	<b>31</b>
4.1 Introdução .....	31
4.1.1 Estatuto da Força (SOFA).....	32
4.1.2 “Pessoal Associado Às NU” .....	32
4.2 Estatuto jurídico dos militares envolvidos em Operações de Manutenção de Paz .....	33
4.3 Estatuto jurídico dos militares presentes em Operações de Imposição de Paz.....	35
<b>Capítulo 5 Trabalho do Oficial para a prevenção da ocorrência de “crimes de guerra” .....</b>	<b>37</b>
5.1 Introdução .....	37
5.1.1 Responsabilidade criminal do chefe militar.....	37
5.1.2 Ordens e a sua obediência.....	38
<b>Capítulo 6 Conclusões e Recomendações .....</b>	<b>45</b>
6.1 Introdução .....	45
6.2 Reposta às Perguntas Derivadas e Validação das Hipóteses .....	45

6.3 Resposta à Questão Central .....	47
6.4 Limitações do estudo .....	48
6.5 Recomendações .....	48
<b>Bibliografia.....</b>	<b>50</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>1</b>
Anexo A- Convenções De Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais .....	1
Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.....	8
Anexo C- Estatuto Do Tribunal Internacional Para Julgar As Pessoas Responsáveis Por Violações Graves Ao Direito Internacional Humanitário Cometidas No Território Da Ex-Jugoslávia Desde 1991 .....	18
Anexo D- Constituição da República Portuguesa.....	19

## **Índice de Figuras**

Figura nº 1- Prisioneiros de Guerra em Abu Ghraib.....	11
--	----

## **Lista de Anexos**

Anexo A	Convenções De Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais
Anexo B	Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional
Anexo C	Estatuto Do Tribunal Internacional Para Julgar As Pessoas Responsáveis Por Violações Graves Ao Direito Internacional Humanitário Cometidas No Território Da Ex-Jugoslávia Desde 1991
Anexo D	Constituição da República Portuguesa

## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

CG	Convenção de Genebra
CICR (ICRC)	Comité Internacional da Cruz Vermelha
CJM	Código de Justiça Militar
CPP	Código Penal Português
CRO	Operações de Resposta a Crises (Crisis Response Operations)
CRP	Constituição da República Portuguesa
CS	Conselho de Segurança
DIH	Direito Internacional Humanitário
DIHCA	Direito Internacional Humanitário dos Conflitos Armados
DIP	Direito Internacional Penal
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EPI	Escola Prática de Infantaria
EUA	Estados Unidos da América
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FND	Força Nacional Destacada
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IIHLaw	International Institute of Humanitarian Law
NAC	Conselho do Atlântico Norte (North Atlantic Council)
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
NU	Nações Unidas
OAP (PSO)	Operações de Apoio à Paz
OMP	Operação de Manutenção de Paz
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PA	Protocolo Adicional
PSF	Força de Apoio à Paz (Peace Support Force)
QD	Questão Derivada
RDM	Regulamento de Disciplina Militar
ROE	Regras de Empenhamento (Rules of Engagement)
SOFA	Estatuto da Força (Status of Force Agreement)

STANAG	Standardization Agreement (NATO)
TCor	Tenente Coronel
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
TO	Teatro de Operações
TPI	Tribunal Penal Internacional

## Capítulo 1

### Introdução

#### 1.1 Introdução

Hoje, século XXI, são uma realidade, os vários conflitos e guerras civis, que não respeitam os direitos humanos, as populações civis, bem como os militares que operam em situações de ajuda e solidariedade.

Exige-se cada vez mais, uma intervenção, uma ajuda concertadas aos países e às populações vítimas da guerra. Há, que assegurar condições mínimas de segurança e dignidade a todos os envolvidos, já que os Teatros de Operações (TO) surgem em países ou zonas, em que a situação socioeconómica e cultural é relativamente baixa, em que imperam situações de carência muito graves.

Questiona-se, por vezes, o impacto e o respetivo papel destas ações de ajuda, quer das organizações internacionais e não-governamentais, quer das operações perpetradas pelas forças militares envolvidas.

É neste contexto que surge o presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), no âmbito do Relatório Científico Final do Mestrado em Ciências Militares da Academia Militar (AM).

Como militar, interessa destrinçar e aprofundar a temática relacionada com o envolvimento das forças militares ou militarizadas problematizando o como, o para quê, o porquê... assim, este trabalho vai debruçar-se sobre ferramentas legais presentes em Operações de Resposta a Crises (*Crisis Response Operations- CRO*), mais especificamente em Operações de Apoio à Paz (*Peace Support Operations- PSO*).

A escolha desta temática está relacionada com um interesse particular nas operações desenvolvidas pelos militares em missões de paz, nos vários teatros de operações ou conflitos.

A temática abordada é “Crimes de Guerra em Operações de Apoio à Paz e o trabalho do Oficial de Infantaria na sua prevenção”, sendo assim pretende-se que seja

espelhado o estatuto jurídico dos militares em OAP, e também a importância do trabalho dos oficiais, quer no treino, quer na conduta das operações militares decorrentes em OAP.

Perceber qual o funcionamento da missão, o suporte legal das operações, a avaliação do terreno, o apoio às populações, quais as dificuldades em definir prioridades e atividades.

A ajuda militar é fundamental e imprescindível, no entanto há que salvaguardar o trabalho a desenvolver, consultando o país em guerra, pedindo permissão para o exercício das atividades humanitárias.

## 1.2 Enquadramento e Justificação do tema

Como consequência do fim da Guerra Fria ocorreu uma mudança mundial em busca da Paz sustentada e bem-estar dos povos, que resultou em OAP, que pretendem com a intervenção de uma força neutra numa zona de conflito, o estabelecimento da Paz, através da proteção, supervisão e demonstração de força.

Sendo assim, surge a temática deste trabalho de investigação, devido à possibilidade de um militar presente nessa força neutra incorrer numa infração criminal. E desta infração podem surgir várias implicações, conforme prevê o Direito Internacional Humanitário (DIH), podendo ser julgado dependente, em parte do Estatuto da Força (*Status of Force Agreement- SOFA*), pelos sistemas jurídicos nacionais, locais, ou internacionais, onde é dado algum realce à responsabilidade individual e a responsabilidade do chefe-militar. Este trabalho ainda refere o trabalho dos oficiais, na sua prevenção, quer através do treino mas também no controlo dos militares seus subordinados no TO, para tal os oficiais devem possuir uma boa preparação acerca de DIH, o que se revela de uma elevada importância, pois o mau desempenho individual poderá colocar toda credibilidade de um contingente em perigo, sendo necessária uma boa preparação para as operações, para obterem uma conduta em conformidade aos princípios do DIH.

Perante isto, este trabalho revela-se de uma grande atualidade, através da tipologia dos Conflitos Armados contemporâneos, as denominadas OAP, e também porque este trabalho pode possuir informação jurídica para oficiais subalternos, que poderão futuramente desempenhar funções num contingente para OAP, através do enquadramento de normativos aplicáveis nos TO onde estas decorrem.



### 1.3 Definição dos objetivos

O trabalho de investigação aplicada apresentado tem como objetivo geral a interpretação do enquadramento jurídico dos militares presentes em OAP e a formação que deve ser ministrada aos militares empenhados para agirem no âmbito do princípio da legalidade.

No entanto para atingir o objetivo geral, teremos como objetivos específicos, caracterizar o DIH, assim como OAP, e identificar as implicações na ocorrência de infrações ao DIH através do “*status*” jurídico dos militares, e ainda destacando o trabalho dos oficiais para prevenirem crimes de guerra, assim como a sua responsabilidade criminal.

### 1.4 Questões da investigação

Questão Central: Em que medida o Direito Internacional Humanitário preconiza em termos sancionatórios a responsabilização criminal dos militares em Operações de Apoio à Paz?

Questão Derivada 1: Quais são as consequências da violação por parte dos militares em Operações de Apoio à Paz, das normas do Direito Internacional Humanitário?

Questão Derivada 2: Qual é o sistema jurídico que pode julgar uma violação ao Direito Internacional Humanitário numa Operação de Apoio à Paz?

Questão Derivada 3: Quais são os aspetos mais relevantes para os oficiais prevenirem as violações ao Direito Internacional Humanitário por parte dos seus subordinados?

### 1.5 Hipóteses

Hipótese 1: As violações ao Direito Internacional Humanitário implicam a abertura de um inquérito, nomeadamente para militares, para serem averiguadas as provas e testemunhas da violação ou violações, podendo ocorrer atenuantes caso se verifique que a violação implique/ resulte de uma ordem de um superior hierárquico.

Hipótese 2: O sistema jurídico com a competência para julgar os infratores é a Ordem Jurídica Nacional e, subsidiariamente o Tribunal Penal Internacional.

Hipótese 3: Os aspetos mais relevantes para a prevenção por parte dos oficiais, das violações à lei, são, a sua própria formação em Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados e um bom desempenho nas instruções ministradas por estes durante um aprontamento de uma Força Nacional Destacada.

## 1.6 Metodologia e modelo metodológico da investigação

Na presente investigação pretende-se enquadrar este estudo numa vertente essencialmente jurídica, no âmbito do DIH. Sendo assim, este trabalho será fundamentado numa análise substanciada em pesquisa bibliográfica e documental, utilizando especialmente as leis estruturantes de direito aplicável às OAP, assim como várias reflexões de individualidades sobre a temática deste trabalho de investigação, através de uma análise documental substanciada numa recolha de dados. Relativamente, à análise de documentos permite uma investigação positivista e crítica. Quanto à natureza dos documentos analisados estes foram basicamente de dois tipos de fontes, primárias- legislação relativa ao DIH, nacional ou internacional, e secundárias- manuais e documentos de instrução e autores que abordam a temática.

De forma a realizar a validade científica das conclusões foi efetuada uma análise dedutiva de toda a informação obtida, através de um raciocínio lógico e coerente.

## 1.7 Síntese dos capítulos

O presente trabalho encontra-se dividido em seis capítulos, o capítulo 1- Introdução, neste capítulo são apresentados, o enquadramento, os objetivos, as questões e hipóteses e a métodos utilizados para a investigação; capítulo 2- Direito Internacional Humanitário, aqui é apresentada uma caracterização do DIH, os seus princípios, e conceitos relacionados, como é o caso do *jus ad bellum*, *jus in bellum*, *jus post bellum* e a limitação dos métodos e meios de guerra; no capítulo 3- Operações de Apoio à Paz, são abordadas as OAP, com especial relevo para as Operações de Manutenção de Paz e Operações de Imposição de Paz; no capítulo 4- Enquadramento jurídico dos militares em Operações de Manutenção de

Paz e Operações de Imposição de Paz; no capítulo 5- Trabalho do oficial para a prevenção da ocorrência de “crimes de guerra”, neste capítulo é abordada a responsabilidade criminal dos comandantes e o seu trabalho relativo à prevenção de violações ao DIH, e por último, surgem as conclusões e recomendações onde são reveladas as conclusões retiradas acerca do trabalho e são efetuadas algumas recomendações, no capítulo 6.

## Capítulo 2

### Direito Internacional Humanitário

#### 2.1 Caracterização do DIH

Como Deyra (2001) refere, a origem do DIH representa a expressão jurídica do sentimento de humanidade que corresponde à benevolência e à compaixão que se deve fomentar pelos nossos semelhantes.

Sendo assim, e citando o mesmo autor, o DIH é o ramo do Direito Internacional Público que vai ditar as regras aplicáveis durante os conflitos armados, quer sejam eles internacionais ou intranacionais, de forma a restringir os direitos dos combatentes através da limitação dos métodos e meios de ataque e proteger quem não participa no conflito, os não combatentes, como civis e militares fora de combate. (*idem*)

Como é definido pelo TCor Leandro (2005, p.34):

o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados (DIHCA) como o acervo normativo que constitui a parte do DIP que regula as relações entre Estados e outros sujeitos de Direito Internacional, durante a ocorrência de conflitos armados (não só guerras). Este ramo do Direito Internacional dirige-se à proteção dos indivíduos em tempo de guerra, indivíduos esses que já não estão a participar nas hostilidades, por exemplo civis, prisioneiros de guerra, eclesiásticos, feridos, ex-combatentes, agentes humanitários, forças mandatadas pelas Nações Unidas, refugiados, deslocados, entre outros, mas dirige-se também à proteção do património cultural e ambiental e, ainda, ao limitar os meios e os métodos de condução da guerra, tendo por base o princípio da humanidade.

O DIH, adquire um campo mais restrito para os conflitos armados, a que se denomina DIHCA ou Direito da Guerra, com o seu campo de aplicação limitado à proteção dos militares feridos nas forças armadas em campanha. Contudo, este tem vindo a ser alargado por força de que o círculo de vítimas dos conflitos armados se alargava, e surgia a necessidade de controlar os danos contra os não-combatentes. Esta maior amplitude no DIHCA usava os dois principais autores do TO, o combatente e a vítima, que podendo em determinadas circunstâncias, assumir os dois papéis. Assim sendo, para o combatente o

DIHCA restringe a conduta das hostilidades, para o lado oposto, o da vítima são enunciados os mecanismos de proteção das pessoas infligidas. Trata-se, assim de regulamentar as hostilidades a fim de atenuar as suas circunstâncias, através da limitação da utilização da violência.

Mas, como refere Deyra (2001), apesar do DIHCA consistir num direito de assistência às vítimas em Conflitos Armados. É também o direito que autoriza o combatente a atentar contra a vida ou a integridade física de uma pessoa. É este ramo do direito que regulamenta a atividade humana, por muito desumana que ela seja, determinando como matar, ferir, capturar e sequestrar.

O DIHCA funciona através de um conjunto de regras, com o objetivo de limitar os efeitos dos conflitos armados, seus instrumentos legais são resultado de convenções e protocolos, em que os países signatários ficam vinculados às regras ratificadas. Segundo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR), as regras impostas surgem de uma análise profunda e balanceada entre as necessidades militares dos Estados e os problemas humanitários. (CICR)

Sendo assim surge a necessidade de abordar as fontes do DIH.

Como refere Deyra (2001), as fontes do DIH são de origem consuetudinária e que embora tenham sido amplamente codificadas no séc. XX, na maior parte dos casos continuam a ter um valor consuetudinário para os Estados não signatários aos textos convencionais. Para o mesmo autor, as fontes do DIH são divididas em duas categorias, as fontes convencionais e as fontes consuetudinárias.

As fontes convencionais que contém atualmente cerca de trinta textos internacionais no que concerne ao DIH, nas quais existem distinções entre o Direito de Haia, o Direito de Genebra e o “Direito de Nova Iorque”, embora que segundo o Tenente-Coronel (TCor) Leandro (2005) pode-se estabelecer um paralelismo entre os últimos, em que o Direito de Nova Iorque se encontra focado na ação das NU, criando normas que incidem não só sobre a limitação do uso da força, mas também, com normas que visam a racionalização e ativação do princípio da humanidade.

No que respeita ao Direito de Genebra, este trata da proteção das vítimas de guerra, quer sejam estas civis ou militares, quer seja em mar ou em terra. O Direito de Genebra defende todas as pessoas fora de combate, comprovadas pelas quatro convenções adotadas no dia 12 de agosto de 1949, sendo a primeira para melhorar a situação dos feridos e doentes das Forças Armadas em Campanha, referindo-se à guerra terrestre, a segunda com o intuito de Melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos das Forças Armadas no

Mar, a terceira é uma das mais faladas, refere-se ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra e a quarta é relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra. (Dhnet.org.br e Deyra, 2001)

Por outro lado, o Direito de Haia que se foca com a regulamentação dos métodos e meios da condução da guerra, citando TCor Leandro (2005, pág. 35):

o seu objetivo é estabelecer regras minimalistas sobre a condução das operações militares, tendo por base o princípio da necessidade e da verificação da “vantagem militar” ... determina, por assim dizer os direitos e deveres dos protagonistas do emprego da força militar, no que respeita aos limites sobre a escolha dos meios.

A par das fontes convencionais e voltando à divisão efetuado por Michel Deyra, existem as fontes consuetudinárias, que para este autor relaciona os direitos e tratados acima referidos encontram no costume a sua origem, assim, para estes mesmos tratados, por modificarem ou desenvolverem uma regra consuetudinária podem tornar-se igualmente fonte do costume. (Deyra, 2001)

Sendo assim quando são verificadas lacunas do direito convencional, ou de não ratificação por certos Estados ou até casos de denúncias, podem aplicar-se as regras consuetudinárias salvaguardando o DIHCA desde que exista uma prática constante uniforme dos Estados. Sendo assim, citando Deyra, “as infrações não cobertas pelos instrumentos do DIH, os civis e os combatentes permanecem sob a proteção e domínio dos princípios do Direito da Gentes, tais como decorrem dos usos estabelecidos, dos princípios de humanidade e das exigências da consciência pública”. Michel Deyra (2001) enuncia que a cláusula que o diplomata russo Fyodor Fyodorovich Martens introduziu na Conferência da Paz de 1899 ao Preâmbulo da II Convenção de Haia: “nos casos não previstos no presente protocolo ou por outros acordos internacionais, os civis e os combatentes permanecem sob a proteção e autoridade dos princípios do direito Internacional, tal como resulta do costume estabelecido, dos princípios humanitários e das exigências da consciência pública”, que também surge no Preâmbulo da IV Convenção de Haia, de 1907 e artigo 1º nº2 do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra. sendo assim, como refere Deyra (2001, p.23) são identificadas duas vantagens, a primeira pelo facto de rejeitar “primeiramente a ideia de que tudo o que não é expressamente proibido pelos tratados aplicáveis é autorizado e em segundo lugar torna aplicáveis os princípios proclamados, independentemente da ulterior evolução das situações”.

## 2.2 Princípios do Direito Internacional Humanitário

Os princípios do DIH são abordados por Diaz (2009):

Os princípios fundamentais do Direito Internacional Humanitário são aquelas diretrizes universais, reconhecidas pelas nações civilizadas, obrigatórias para os Estados, através de uma obrigação convencional, que pode ser captada a partir das regras contidas nas Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais e inspiram nessa área em particular da lei e determinam, canalizam e limitam o comportamento a ser seguido pelos participantes num conflito armado em conformidade com os objetivos prosseguidos pelo Direito Internacional Humanitário e, portanto, orientar a sua interpretação e aplicação. Assim, seu conhecimento, difusão e reflexão são de uma elevada importância militares que, direta ou indiretamente devem assegurar o cumprimento e a correta aplicação desses princípios refletindo num quadro de legalidade e humanidade para a sua participação em Conflitos Armados (CA).

Como refere Díaz (2009), sendo o DIH um conjunto de normas internacionais destinadas a solucionar os problemas de origem humanitária em CA com o objetivo de os limitar, em particular, evitar o sofrimento e destruição desnecessários como consequências das operações militares, controlar e mitigar os efeitos prejudiciais da guerra e estabelecer normas mínimas de proteção quer de combatentes, quer de não combatentes.

Com o objetivo de respeitar o DIH, surgem os seus princípios, no entanto alguns autores divergem nas suas ideias, como sequência dessas divergências foram definidos os princípios mencionados no STANAG 2449 (2013), sendo, necessidade militar, proporcionalidade, humanidade e distinção.

### 2.2.1 Humanidade

O princípio da humanidade pode também ser designado como o princípio essencial para os restantes, pois todos decorrem deste. Este princípio visa a salvaguarda, a proteção da saúde, assim como, fazer respeitar a pessoa através da divulgação do respeito e tratamento humano, através de condições mínimas para uma pessoa conduzir uma vida aceitável e tão normal quanto possível. (Deyra, 2001)

Como define Leandro (2005, p.55):

a expressão “humanidade” encerra diversos conteúdos. Por um lado, o sentimento geral empresta-lhe um carácter de filantropia, de caridade, de racionalismo, de rejeição ao sofrimento gratuito e de altruísmo. Por outro lado ainda, a expressão tende a ser reconhecida como “fonte” do Direito Internacional, com base na interpretação da Declaração de São Petersburgo de 1868, na existência da Cláusula de Martens.

Também o Coronel Carreira (2004, pág. 27) aponta ao último ponto referido, a Cláusula de Martens como a peça fundamental, pelo facto de “prevenir o argumento de uma determinada atividade não ser proibida por não ser prevista nos tratados”.

Esta ideia é reforçada ainda no STANAG 2449 (2013), onde refere que onde o DIH não prevê regras específicas estas encontram-se abrangidas pelo princípio da humanidade, como um padrão geral de comportamento em conflitos armados. No mesmo documento surge referido que este princípio é a provisão ao DIH em relação ao tratamento das pessoas protegidas e a proibição específica contra a imposição de danos supérfluos ou desnecessário sofrimento. É ainda referenciado que todas as pessoas devem ser tratadas com humanidade em quaisquer que sejam as suas circunstâncias, e que o tratamento desumano é considerado um crime de guerra.

O TCor Leandro (2005, p. 57) refere que, no contexto das regras do DIH, o princípio da humanidade é o “impulso da consciência que inibe a prática de um ato desnecessário ou que afetará profundamente a condição e a dignidade do outro ser humano a quem este ato se dirige e que o torna indignadamente gratuito aos olhos de terceiros” e que,

deste modo o princípio da humanidade compreende a inviolabilidade de certos direitos dos intervenientes nas ações militares, designadamente aqueles que decorrem de certas situações específicas e que constituem, também um princípio fundamental. A tortura, os tratamentos desumanos e degradantes, o não reconhecimento de certos direitos civis, o desrespeito pela honra e pelos costumes e, sobretudo, o sofrimento gratuito ou por mero prazer de vingança, devem constituir referências negativas permanentes. (Leandro, 2005, p.57)

Pondo isto, muitas pessoas irão lembrar-se do caso de *Abu Ghrabi*, em que uma militar americana foi fotografada com prisioneiros de guerra masturbando-se (Figura nº 1) e que associamos a uma falta clara deste princípio, pois esta feriu gravemente a dignidade dos prisioneiros de guerra.





Figura nº1 – Prisioneiros de Guerra em Abu Ghraib, alvos de maus tratos

Fonte: (Abu Ghraib,n.d.).

E como valorização deste princípio, e face aos relatos de ações cometidas aos detidos em Guantánamo pelos Estados Unidos da América (EUA), o Conselho da Europa adotou uma resolução, em janeiro de 2002, que consiste no pedido aos seus membros para não extraditarem pessoas que tenham possibilidade de serem sujeitas a tratamentos que violem o art.º 3º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (que proíbe a tortura e penas ou tratamentos desumanos ou degradantes) ou a julgamentos sem garantias judiciais fundamentais, ou que em caso de conflito o estado recetor adote padrões inferiores aos garantidos pelas Convenções de Genebra. (Carreira,2004)

### 2.2.2 Necessidade Militar

O princípio da “necessidade militar” tem uma elevada importância num CA, especialmente no que concerne ao uso da força para fins que permitem uma clara vantagem militar, delimitando o grau do uso da força a empregar num CA impondo o limite mínimo indispensável ao alcance da vitória militar, tendo como seu expoente máximo indispensável o facto de nenhuma ação militar dever ser empregada se não existir uma necessidade militar.

Este princípio foi formulado no Preâmbulo da Declaração de São Petersburgo de 1868, com o intuito que os Estados unicamente devem enfraquecer as forças militares inimigas. Na mesma linha surge no STANAG 2449, que através da necessidade militar, será permitido o uso da força como uma necessidade para derrotar o inimigo, porém o

mesmo documento afirma que este, não é considerado um princípio fundamental, que não servirá de justificação para violar o DIH.

Em relação ao princípio, no Protocolo Adicional (PA) I, art.º 57º, Precauções no ataque, refere alguns pontos que devem ser tidos no planeamento, realçando a necessidade militar, como no ponto 3 “quando for possível escolher entre vários objetivos militares para obter vantagem militar equivalente, a escolha deverá recair sobre o objetivo cujo ataque seja suscetível de apresentar o menor perigo para as pessoas civis ou para bens de carácter civil.”

No mesmo artigo, supra citado, na alínea 2.b, é referido:

um ataque deverá ser anulado ou interrompido quando pareça que o seu objetivo não é militar ou que beneficia de uma proteção especial ou que possa esperar que venha a causar incidentalmente perdas de vidas humanas na população civil ou uma combinação dessas perdas e danos, que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e direta esperada.

Esta alínea revela uma ligação bastante estreita entre o planeamento de uma ação, com o princípio da necessidade militar assim como com as limitações dos métodos e meios de ataque.

Com base no princípio da necessidade militar, e deste prever o ataque somente direcionado a objetivos militares, o art.º 52º do PA I, define no ponto 2 que,

os ataques devem ser estritamente limitados aos objetivos militares. No que respeita aos bens, os objetivos militares são limitados aos que, pela sua natureza, localização, destino ou utilização contribuam efetivamente para a ação militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização ofereça, na ocorrência, uma vantagem militar precisa.

Além desta definição, César Krieger (2004) lembra que os objetivos militares nos conflitos contemporâneos são de uma elevada dificuldade de reconhecimento, pois tanto podem ser de natureza pura – as bases militares, assim como de natureza mista – estações de comboios, portos, emissoras de televisão.

### 2.2.3 Proporcionalidade

A proporcionalidade surge como um princípio bastante importante para o desenvolvimento do presente trabalho, pois exige-se em todas as operações militares proporcionalidade no recurso ao uso da força.

O princípio da proporcionalidade sustenta que todas as operações militares não ocasionem baixas e danos supérfluos em comparação com o seu resultado, sendo assim vai contrabalançar a necessidade militar com a humanidade. (Diaz, 2009)

Na esfera do princípio da proporcionalidade surgem os ataques indiscriminados e seus danos colaterais, como é transcrito no art.º 51º do PA I:

4 - Os ataques indiscriminados são proibidos. Pela expressão “ataques indiscriminados”<sup>1</sup> designam-se:

- a) Os ataques não dirigidos contra um objetivo militar determinado;
- b) Os ataques, em que sejam utilizados métodos ou meios de combate, que não possam ser dirigidos contra um objetivo militar determinado; ou
- c) Os ataques em que sejam utilizados métodos ou meios de combate cujos efeitos não possam ser limitados, como prescrito pelo presente Protocolo; e que consequentemente são, em cada um desses casos, próprios para atingir indistintamente objetivos militares e pessoas civis ou bens de carácter civil.

5 - Serão considerados como efetuados sem discriminação, entre outros, os seguintes tipos de ataques:

- a) Os ataques por bombardeamento, quaisquer que sejam os métodos ou meios utilizados, que tratem como objetivo militar único um certo número de objetivos militares nitidamente separados e distintos, situados numa cidade, aldeia ou qualquer outra zona contendo concentração análoga de pessoas civis ou bens de carácter civil;
- b) Os ataques de que se possa esperar venham a causar incidentalmente perda de vidas humanas na população civil, ferimentos nas pessoas civis, danos nos bens de carácter civil ou uma combinação destas perdas e danos, que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e direta esperada.

---

<sup>1</sup> Ataques que afetam indiscriminadamente objetivos militares e civis ou bens de carácter civil, [http://www.derechoshumanos.gov.co/Prensa/Destacados/Paginas/glosario\\_derecho\\_internacional\\_humanitario.aspx](http://www.derechoshumanos.gov.co/Prensa/Destacados/Paginas/glosario_derecho_internacional_humanitario.aspx)

Segundo refere Carreira (2004), a NATO, tendo em atenção este princípio, através da ponderação entre vantagem militar e dos graves danos colaterais que poderão surgir, para as populações civis, em 1999 não bombardearam objetivos militares que pusessem em perigo o reator nuclear, com aproximadamente 60 kg de urânio, do Instituto de Ciências Nucleares, em Vinea, perto de Belgrado.

Isto requer que os meios e os métodos de ataque sejam razoáveis, excluindo a violência excessiva, sendo esta indispensável ou não para enfraquecer o adversário. E, segundo o autor do Relatório sobre o Terrorismo e Direitos Humanos elaborado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, argumentou que a legitimidade acerca de um objetivo militar não estabelece uma licença ilimitada para atacar, revelando que esse ataque deve-se desenvolver tendo em atenção, a regra da proporcionalidade que proíbe ataques dos quais são esperadas perdas de vidas civis, ferimentos, danos materiais. (Diaz, 2009)

No mesmo seguimento, o STANAG 2449 (2013), aborda o tema da proporcionalidade, como perdas civis resultantes de uma ação militar, ou danos colaterais não devem ser excessivos em relação à vantagem militar concreta e direta que se prevê, e revela que se deve ponderar o interesse de uma operação bem sucedida com os possíveis efeitos nocivos sobre as pessoas protegidas e materiais.

O STANAG 2449 (2013, p. F-22) também define “danos colaterais, como a perda de vidas humanas ou ferimentos a civis ou bens civis resultantes da ação militar”. Tais danos podem ser o objetivo de um ataque, contudo danos colaterais refere-se unicamente ao dano que é acidental à ação militar, mesmo que estes já sejam previsíveis.

#### **2.2.4 Distinção**

Um princípio que se interliga com os anteriores é a distinção, pois como já foi referido no anterior princípio, a ação militar só pode ser dirigida contra as forças armadas do inimigo. No entanto, este princípio no conceito dos conflitos contemporâneos torna-se bastante difícil de obter, visto que nos conflitos atuais não se verificam fardas nos beligerantes, como podemos verificar no caso do Afeganistão, em que um “terrorista” à civil detona um carro armadilhado ferindo os militares presentes.

Apesar de atualmente não se verificar usualmente, ao abordarmos o princípio da distinção é necessário definir combatentes de não-combatentes

O art.º 43º do PA I define como, os membros das Forças Armadas de uma parte num conflito (que não o pessoal sanitário e religioso citado no artº 33º da III (Convenção) são combatentes , isto é, têm direito a participar diretamente nas hostilidades, posto isto o não-combatente são todas as pessoas que não cabem na definição acima transcrita como refere o art.º 50º do PA I às CG, somando ainda todos aqueles que não se encontram em condições de pegar em armamento, como é o caso dos feridos, doentes e náufragos.

De acordo com o STANAG 2449 (2013), este princípio consiste no dever de distinguir entre as pessoas que participam nas hostilidades, isto é, combatentes e civis ou não-combatentes e em simultâneo em objetivos militares ou alvos civis, em que os ataques militares só devem ser orientados para objetivos militares (quer combatentes, quer alvos militares) e nunca contra civis ou bens civis.

Este princípio encontra-se transcrito no art.º 48º do PA I às CG, *in verbis*:

De forma a assegurar o respeito e a proteção da população civil e dos bens de caráter civil, as partes no conflito devem sempre fazer a distinção entre população civil e combatentes, assim como entre bens de caráter civil e objetivos militares, devendo portanto, dirigir as suas operações unicamente contra objetivos militares.

Contudo é de elevada importância referir que, “os civis que se encontrem em objetivos militares, participando ou não no esforço de guerra, correm o risco de ser mortos ou feridos em consequência de ataques dirigidos a esses objetivos, mas o ataque só será ilegal se dirigido diretamente contra eles”, citando Carreira (2004, p.28).

E em relação aos bens, que poderão ser designados objetivos militares, estes limitar-se-ão aos objetos que, pela sua natureza, localização, finalidade ou uso contribui efetivamente ao instrumento militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização, permitem uma vantagem militar. (Diaz, 2009)

O mesmo autor refere que a distinção interliga-se diretamente com o princípio da humanidade, pois este último confirma a imunidade básica de civis a ser atacados em qualquer conflito armado. (*idem*)

### 2.3 Distinção entre *jus ad bellum* e *jus in bellum*

O website oficial da ICRC aborda a distinção em causa:

A clara distinção entre *jus in bellum* e *jus ad bellum* é relativamente recente. Os termos não eram comuns em debates e documentos sobre o Direito da Guerra até à década anterior à Segunda Guerra Mundial. No entanto, os conceitos que abrangem certamente apareceram no debate jurídico antes, mas sem a clara distinção que a adoção dos termos ocasionou. (icrc.org)

Como refere Andrade (2011), a guerra independentemente da sua causa, motivação ou justificação é sempre algo muito destrutivo que normalmente produz miséria. Contudo não há guerras iguais, pois há guerras que duram dias, meses, anos ou mesmo séculos, uma envolve somente dois atores, noutras envolve-se uma parte da comunidade internacional. Em algumas guerras, encontra-se facilmente o grande agressor e, noutras as hostilidades são baseadas em raízes muito profundas que torna difícil descortinar quem a iniciou.

Contudo, a legitimidade de uma guerra tem vindo a alterar-se desde Cícero a São Tomás de Aquino, de Erasmus de Rotterdam até Grotius e Pufendorf, o conceito de guerra justa “tem sido utilizado para mostrar as condições através dos quais a retórica da beligerância encontra os padrões de racionalidade e moralidade para legalizar o uso da força. (*idem*).

Como refere Andrade (2011) citando SMIT (2005), “essa tradição se preocupa em colocar limites morais ao uso da força pelos estados, não somente estipulando certas ocasiões (*jus ad bellum*) nas quais o uso da força é aceitável, mas também explicitando que o comportamento durante as hostilidades deve observar certos constrangimentos (*jus in bellum*).”

No entanto o uso da força entre Estados, que é considerada como uma ideologia um tanto ou quanto ultrapassada, hoje em dia, é considerada proibida, esta ideia encontra-se expressa no 4º parágrafo do art.º 2º da Carta das NU, proibindo o recurso ao uso da força, excetuando em caso de legítima defesa, que originou numa evolução no termo de *jus ad bellum* para *jus contra bellum*. Sendo assim encontra-se estabelecido no Cap. VII, utilização de meios coercivos, que o Conselho de Segurança (CS) tem a capacidade de decisão sobre as medidas a adotar quando surge um comprometimento da segurança e bem-estar de um país, sendo que no art.º 40º encontra-se referido que o CS pode convocar as partes em conflitos numa tentativa de conciliação, no art.º 41º refere que o CS pode decidir quantos às medidas para concretizarem as suas decisões, sem recurso à força, e no

art.º 42º encontra-se definido a utilização dos diversos meios (ar, terra, água) para demonstrar a força, em que numa fase inicial terá o intuito de levar o Estado a considerar a sua posição e só em último caso, utilizar, efetivamente, o uso da força.

Sendo assim, o DIH evoluiu e no presente, o uso da força entre Estados é proibido, com as exceções como casos de autodefesa individual ou coletiva, nas medidas impositivas pelo CS e supostamente para garantir o direito à autodeterminação dos povos, como as guerras de libertação nacional. Mas como facilmente verificamos sempre que existe um conflito armado contemporâneo existe uma violação ao Direito Internacional, unicamente por algum dos atores ter recorrido ao uso da força. (Boivier, 2000)

Contudo, apesar dos conflitos armados serem proibidos, estes continuam a acontecer, o que levou os estados a reconhecerem que o DIH deve lidar com tal facto da vida internacional. Propondo que este procure regular o CA com o intuito de garantir a humanidade na ilegalidade. (*idem*)

Citando Boivier (2000) que aborda este tema, devido a razões práticas, políticas e humanitário, o DIH deve ser aplicado de maneira imparcial a ambos os beligerantes, àquele que recorre legalmente à força e àquele que recorre à força de maneira ilegal. Se não fosse assim, seria impossível manter na prática o respeito pelo DIH já que, pelo menos entre os beligerantes existe sempre uma prática ilegal, é sempre controverso quem recorre à força em conformidade ao *jus ad bellum*. Além disso, de um ponto de vista humanitário, as vítimas de ambos os lados do conflito precisam da mesma proteção e elas não são necessariamente responsáveis pela violação do *jus ad bellum* por sua parte, principalmente nos conflitos armados contemporâneos que as razões para o conflito é normalmente social, como é o caso de Ruanda<sup>2</sup>, que o conflito foi consumado por razões etnológicas.

Como refere Boivier (2000) no seu artigo, o DIH deve ser honrado, independentemente do argumento do *jus ad bellum*, quer seja respeitado ou não fazendo do *jus in bellum* independentemente dos argumentos da guerra justa.

Como podemos verificar, os direitos e obrigações dos combatentes no terreno, direitos e obrigações que se inserem no mundo complexo do *jus in bellum*, serão as mesmas quer estes se encontrem em guerra legítima ou ilegítima sob o olhar do *jus ad bellum*.

---

<sup>2</sup> “Na noite de 6 para 7 de abril de 1994, na sequência do abate do avião onde seguiam, o então Presidente do país, Juvénal Habyarimana e o seu homólogo do Burundi, que regressavam da Tanzânia onde tinham participado em negociações de paz com rebeldes Tutsi, o Ruanda (e o Burundi, com a mesma violência e consequências trágicas, ainda que em menor escala) viu-se imerso num período de terror ao longo do qual se tentou exterminar uma parte da população, perante o silêncio da comunidade internacional, que assistiu de braços cruzados à escalada da violência”,  
fonte: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=g&n=221>

Como conclusão para a distinção entre as definições das expressões acima referidas, podemos definir simplesmente, citando Michael Walzer (2003, p.34) “o *jus ad bellum* é a justiça do guerrear e o *jus in bellum* à justiça no guerrear”. Aquele que exige que se façam julgamentos sobre agressões e autodefesa e este sobre o cumprimento ou a violação das normas costumeiras e positivas de combate. Porém, é perfeitamente possível que uma “guerra justa seja travada de modo injusto e que uma guerra injusta seja travada em estrita conformidade com as normas”, citando Rutkoski (2006, pág. 14), através das ideias de Walzer e Rangel.

#### 2.4 Interação do DIH com o *jus post bellum*

Posta a distinção entre o *jus in bellum* e *jus ad bellum* é necessário abordar o *jus post bellum*, sendo que é um dos principais pontos do trabalho, pelo facto de que as sanções, resultantes da violação de normas de DIH, que este trabalho aborda, relaciona-se com este último.

Sendo assim o *jus post bellum* encontra-se relacionado com a capacidade que os Estados têm para aplicar sanções, após o período de guerra ou do empenhamento da força, sobre ações cometidas por quem não respeitou as normas internacionais, sendo assim verificámos desde logo a sua ligação com o *jus ad bellum* e *jus in bellum*. Portanto o *jus post bellum* é um instrumento quanto ao exercício penal justo no pós-conflito às violações ao DIH realizadas no CA. (Baleizão, 2011)

Ao *jus post bellum*, é relacionada a competência universal, através da “afirmação de competência sobre os delitos, qualquer que seja o local onde tenham sido cometidos ou a nacionalidade dos seus autores. Considera-se que ela se aplica a uma gama de delitos cuja repressão por todos os Estados é justificada ou requerida a título de política internacional”, citando Baleizão (2011). O mesmo autor refere ainda que a competência universal toma forma no direito nacional, através da competência universal declarativa legislativa, e competência universal declarativa, aquando do levantamento de um inquérito sobre os presumíveis autores e a sua apresentação para julgamento. E é com base no *jus post bellum* que é atribuída a competência sobre o DIH do Tribunal Penal Internacional (TPI), exercendo uma competência universal declarativa sem nenhuma referência à legislação nacional.



No que refere às leis nacionais, é relevante que o *jus post bellum* é explícito na lei penal relativa às violações do DIH (Lei nº 31/2004, 22Jul), que no seu art.º 1º surge “É aprovada a lei penal relativa às violações do DIH, anexa à presente lei.”, de realçar ainda é o facto que os crimes da competência do DIH não são possíveis de serem prescritos, referido no art.º 7º da mesma lei.

## 2.5 Limitação aos métodos e meios de guerra

Como consequência da condução das operações segundo os princípios da humanidade, necessidade militar, proporcionalidade e distinção, todos os militares presentes num teatro de guerra têm algumas limitações à forma como utilizam a força e os meios a utilizar.

Como é referido no Preâmbulo da Convenção sobre a Proibição da Utilização, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição, que aborda “a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais que podem ser consideradas como produzindo efeitos traumáticos Excessivos ou ferindo Indiscriminadamente”, surge transcrito:

“Baseando-se no princípio do direito internacional segundo o qual o direito das partes num conflito armado de escolher os métodos ou os meios de guerra não são limitado e sobre o princípio que proíbe a utilização nos conflitos armados de armas, projeteis, matérias, e bem assim, de métodos de guerra de natureza a causar males supérfluos e sofrimento desnecessário;

Recordando também que é proibida a utilização de métodos ou meios de guerra concebidos para causar ou de que se possa esperar que causarão danos extensos, duráveis e graves ao meio ambiente;” (gddc.pt)

Nos mesmos moldes o art.º 35º do PA I às CG refere-se no mesmo sentido.

Como verificámos pela transação efetuada os métodos ou meios de guerra não são ilimitados quer com o intuito da proteção de civis, combatentes e mesmo património. Posto isto, surgem no DIH várias convenções que refutam desta regra, entre os quais os mais relevantes são:

. IV Convenção de Genebra relativa à Proteção das Pessoas Civis em tempo de Guerra;

. Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vitimas dos Conflitos Armados Internacionais e Não Internacionais;

. Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflitos Armados, também denominada Convenção de Haia ou Direito de Haia;

. Convenção sobre a proibição ou limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que podem ser consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Feridos Indiscriminadamente e seus Protocolos I, II e III.

. Convenção sobre Munições de Dispersão.

De realçar é o facto de no art.º 36º do Protocolo Adicional I no âmbito de novas armas aparecer:

Durante o estudo, preparação, aquisição ou adoção de uma nova arma, de novos meios ou de um novo método de guerra, a Alta Parte Contratante tem a obrigação de determinar se o seu emprego seria proibido, em algumas ou em todas as circunstâncias pelas disposições do presente Protocolo ou por qualquer outra regra do direito internacional aplicável a essa Alta Parte Contratante.

### 2.5.1 Meios de Guerra

Apesar de qualquer arma que não permite uma ação em conformidade com os princípios do DIH, deve ser proibida pela sua natureza, contudo esta proibição como refere o International Institute of Humanitarian Law (IIHLaw), no seu artigo “*The manual on the law of non international Conflict*” é de difícil consenso, tendo como base a sua natureza.

Embora a natureza de várias armas pela sua atuação e efeitos, corromperem com dois princípios como ao distinção e humanidade, como são os casos das armas de urânio empobrecido e “*cluster bombs*”, em que a sua utilização provoca danos graves indiscriminadamente.

No primeiro exemplo, as munições de urânio empobrecido aliadas a uma radiação residual quando perfuram um objeto desfragmentam-se, no segundo exemplo, as “*cluster bombs*” podem ser lançadas quer por meio aéreo, quer por meio terrestre e possuem um efeito explosivo desfragmentando e projetando, normalmente e dependente do tipo, pequenas esferas; ambos exemplos provocam danos sem distinção e provocam sérios danos, podendo ser fatais.

Contudo, apesar do uso de armas lícitas, o seu uso pode não o ser, como se verifica no caso do seu uso colocar em causa civis, sendo assim, as armas proibidas são armas incapazes de serem utilizadas unicamente contra objetivos militares e combatentes e os seus efeitos são incontrolláveis, como se verifica no art.º 53º do PA I às CG<sup>3</sup>.

No artigo do IHLaw são revelados alguns exemplos de armamento ou meios proibidos como:

- Veneno e munições envenenadas;
- Armas biológicas ou bacterianas;
- Gases e armas químicas, onde se incluem agentes químicos de controlo de tumultos quando estes são usados como método de ataque;
- Munições explosivas antipessoais;
- Armas de laser concebidas para causar cegueira;
- Armas ou munições incendiárias.

### 2.5.2 Métodos de Guerra

No que concerne às limitações dos métodos de guerra, são claramente proibidas algumas ações, de acordo com o DIH e a sua finalidade e os seus princípios. Alguns dos métodos de guerra que são proibidos visam, a proibição de ordenar que numa operação militar não haja sobreviventes, como é enunciado no art.º 40º do PA I às CG<sup>4</sup>. Além disso, é proibido executar ataques a uma pessoa reconhecida, ou devendo ser realmente reconhecida como estando fora do combate, que é definida como, estando sob o poder de uma parte adversa, exprimir claramente a sua intenção de se render, ou se encontre sem sentidos, incapaz por ferimentos ou doença e consequentemente incapacidade em se defender, ou abstém-se de atos hostis ou não tente evadir-se. O ataque a ocupantes de aeronaves em perigo não deve ser objeto de ataque durante a descida, para que este possa render ao tocar no solo, esta limitação é extraída do art.º 42º<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver Anexo A- Convenções de Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais

<sup>4</sup> Ver Anexo A- Convenções de Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais

<sup>5</sup> *idem*

Um método de guerra é a utilização de emblemas reconhecidos pelas Convenções, art.º 32º do PA I às CG <sup>6</sup>, assim como utilizar sinais de nacionalidades indevidamente de estados neutros ou estados não partes do conflito, art.º 39º do PA I às CG <sup>7</sup>. Os dois últimos métodos referidos têm a sua base no art.º 37º do PA I às CG, este artigo revela a proibição de obter uma vantagem a partir de;

Atos que apelem, com intenção de enganar, à boa-fé de um adversário para lhe fazer crer que tem o direito de receber ou a obrigação de assegurar a proteção prevista pelas regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados. São exemplo de perfídia os atos seguintes:

- a) Simular a intenção de negociar a coberto da bandeira parlamentar, ou simular a rendição;
- b) Simular uma incapacidade causada por ferimentos ou doença;
- c) Simular ter estatuto de civil ou de não combatente;
- d) Simular ter um estatuto protegido utilizando sinais, emblemas ou uniformes das Nações Unidas, Estados neutros ou de outros Estados não Partes no conflito.

Este artigo adquiriu uma grande exposição mediática devido ao caso de Ingrid Betancourt<sup>8</sup>.

No entanto não ficaria correto abordar os métodos de guerra sem referenciar o capítulo IV do Protocolo Adicional I referente a medidas de precaução, com o art.º 57º <sup>9</sup> relativo a precauções no ataque, o art.º 58º <sup>10</sup> que menciona as precauções contra os efeitos dos ataques. Além do Capítulo IV, do PA I às CG, o Capítulo V relaciona-se com a limitação dos métodos de guerra referindo-se a localidades e zonas sob proteção especial, mais especificamente localidades não defendidas no art.º 59º <sup>11</sup> e zonas desmilitarizadas no art.º 60º <sup>12</sup>.

Para finalizar os métodos de guerra, o art.º 51º<sup>13</sup> do PA I às CG, refere que é proibido realizar atos ou ameaças de violência cujo objetivo principal visa espalhar o terror entre a

---

<sup>6</sup> *ibidem*

<sup>7</sup> *ibidem*

<sup>8</sup> Caso mediático, que ocorreu na sequência de um ato de perfídia por parte das forças militares colombianas contra as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), resgatando Ingrid Betancourt

<sup>9</sup> Ver Anexo A- Convenções de Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais

<sup>10</sup> *idem*

<sup>11</sup> *ibidem*

<sup>12</sup> *ibidem*

<sup>13</sup> *ibidem*

população civil, assim como também é proibido pelo art.º 3º comum às CG obter reféns, a este soma-se a proibição de utilizar escudos humanos, esta limitação surge no art.º 28º da IV CG de 1949 e no art.º 51º do PA I às CG de 1977.

## 2.6 Tribunal Penal Internacional

Perante a passividade observada ao longo da história da humanidade, possibilitando crimes atrozes permanecerem impunes, foram verificadas graves lacunas no DIH, especialmente ao não garantir o julgamento de indivíduos suspeitos. Sentiu-se assim uma necessidade de criar novas instituições dotadas de uma responsabilidade para desenvolver a repressão a nível internacional livre de interesses políticos. (Tavares, 2008)

Verificando essa necessidade e depois de terem sido criados os “*tribunais ad hoc*” para a Ex-Jugoslávia e Ruanda foram iniciadas negociações para a criação do TPI permanente que possuiria competência sobre os crimes mais graves para a Comunidade Internacional, independentemente do local onde estes eram cometidos. (Baleizão, 2011)

Sendo assim, o TPI foi criado com base no Estatuto de Roma, que foi adotado em 17 de julho de 1998 com 120 nações a favor, 7 contra, entre os quais os EUA e 21 abstenções. A entrada em vigor do TPI é datada de 1 de julho de 2002, quando superou as 60 ratificações necessárias e possui a sua sede em Haia. (Tavares, 2008)

A criação do TPI foi criado com um duplo objetivo, se por um lado era a oportunidade para compensar as vítimas e sobreviventes de crimes bárbaros, por outro lado servia como um meio potencial para reduzir as vítimas de atrocidades, no futuro. Como consequência da sua criação, o DIH tornou-se mais ampliado e o seu sistema melhorado, pois resultou em maiores responsabilidades aos sistemas jurídicos nacionais, investigando e julgando os mais cruéis crimes contra a espécie humana. Esta maior responsabilidade advém 3º parágrafo do artigo 17º do Estatuto de Roma, questões relativas à admissibilidade, seguidamente transcrito:

3 – A fim de determinar se há incapacidade de agir num determinado caso, o tribunal verificará se o Estado, por indisponibilidade desta, não estará em condições de fazer comparecer o arguido, de reunir os meios de prova e depoimentos necessários ou não estará, por outros motivos, em condições de concluir o processo.

O artigo referido demonstra que em caso dos tribunais nacionais não demonstrarem fiabilidade ou intenção para julgar o processo, este poderá ser julgado pelo TPI.

Um ponto importante de referir para o tema apresentado, surge do art.º 25º do Estatuto de Roma, que incute ao Tribunal a competência criminal individual estabelecendo no ponto 2 do referido artigo, “quem cometer um crime da competência do Tribunal será considerado individualmente responsável e poderá ser punido de acordo com o presente estatuto”. E sendo assim são excluídos os eventuais efeitos de imunidades e privilégios, não valorizando a sua posição ou os cargos oficiais.

No Estatuto de Roma são definidos os crimes que poderão ser julgados pelo TPI, conforme os artigos 6º, 7º e 8º <sup>14</sup>, respetivamente crimes de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra. Sendo alvo do estudo deste trabalho, os crimes de guerra, estes encontram-se definidos em anexo, de acordo com o art.º 8º do Estatuto de Roma.

### **2.6.1 Princípio da complementaridade**

O princípio da complementaridade, sobre a qual o TPI adquire a competência no caso de incapacidade do sistema jurídico nacional, e desde logo este encontra-se explícito no 10º parágrafo do Preâmbulo do Estatuto de Roma, “... sublinhando que o TPI criado pelo presente Estatuto será complementar das jurisdições penais nacionais”.

Esta complementaridade como é incumbido pelo Estatuto de Roma surge através da Lei nº31/2004 de 22 de julho, onde é adaptada a legislação penal nacional ao Estatuto do TPI e encontra-se consagrado na Constituição da República Portuguesa no art.º 7º, no 7º parágrafo, “Portugal pode, tendo em vista a realização de uma justiça internacional que promova o respeito pelos direitos da pessoa humana e dos povos, aceitar a jurisdição do TPI, nas condições de complementaridade e demais termos estabelecidos no Estatuto de Roma”.

A partir da Constituição da República Portuguesa (CRP), os crimes da competência do TPI, são sujeitos preferencialmente e se os crimes forem estritamente militares pelo Código de Justiça Militar (CJM) e de seguida pelo Código Penal Português (CPP).

---

<sup>14</sup> Ver Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

## Capítulo 3

### Operações de Apoio à Paz

#### 3.1 Introdução

A tipologia das operações militares tem sofrido uma grande evolução, principalmente desde 1999, na sequência da necessidade de uma adaptação às novas condições da ordem internacional, que foi impulsionada pela aprovação do novo Conceito Estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), na cimeira de chefes de Estado e de Governo em Washington (1999). Sendo assim, atualmente e cada vez mais consolidada uma nova tipologia nas missões em “que as Forças Armadas eram empregues, que se objetivavam no confronto direto de Estados soberanos.” (Leandro, 2005 pág.217)

Tomando como referência o TCor Leandro (2005), são observados dois aspetos desta nova tipologia, “se, por um lado, a política externa é hoje convidada a expressar sentido de “solidariedade”, de modo a afirmar a sua legitimidade internacional através da participação em operações militares de resposta a crises, também é verdade que esta participação representa outra dimensão do exercício da soberania exercida de forma coletiva”.

Como refere Leandro (2005, p.210) citando o *Allied Joint Publication* 3.4, as operações de resposta a crises “abrangem uma grande variedade de atividades, onde as capacidades militares podem ser utilizadas para outras finalidades, não diretamente relacionadas com as operações de combate normalmente associadas a conflitos de grande escala,” que têm como seu objetivo salvaguardar a liberdade e a segurança dos Estados, através dos instrumentos políticos, civis, assim como o recurso ao uso do instrumento militar. Para Leandro (2005, p.218 ), as operações de resposta à crise:

São operações desencadeadas em observância do Direito Internacional Público e a sua abrangência ultrapassa as meras operações de apoio à paz estendendo-se também a outros tipos de operações militares tais como, o apoio a operações humanitárias e de apoio à evacuação de não combatentes, assistência a catástrofes, imposição de sanções e embargos, busca e salvamentos, apoio às autoridades civis, entre outras.

No entanto, e como foi estabelecido previamente, este trabalho debruça-se em Operações de Apoio à Paz (PSO). E como tal e segundo a necessidade de as definir, o Manual de OAP da EPI (2008, p. 1-1 ) define:

O termo PSO é comumente utilizado, na atualidade, por diversas agências civis para descrever as suas atividades em emergências multifuncionais conduzidas imparcialmente, normalmente em apoio de uma Organização internacionalmente reconhecida, como as Nações Unidas (UN) ou a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), envolvendo Forças militares e agências diplomáticas e humanitárias. São designadas para se alcançar um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas. Incluem a Consolidação da Paz (Peace Building - PB); a Manutenção da Paz (Peace Keeping – PK); a Imposição de Paz (Peace Enforcement – PE); a prevenção de Conflitos (Conflict Prevention – CP); o Restabelecimento da Paz (Peacemaking – PM) e as Operações Humanitárias (Humanitarian Operations – HO).

No que concerne na conduta de uma OAP existem determinados princípios que têm de ser tidos em conta, como a imparcialidade, o consentimento, as restrições ao uso da força, o seu objetivo final, a unidade de Esforços, a flexibilidade, a legitimidade, a segurança, a credibilidade, o respeito mútuo, a transparência das operações, a liberdade de movimentos e a cooperação civil – militar e ligação. De realçar é que todos estes princípios convergem para o sucesso do objetivo final de uma OAP, pois estas são estabelecidas para a prevenção ou para colocar um termo num conflito, prevenindo o reacender das hostilidades através de medidas que conduzam à reconciliação das partes mesmo que num curto período se traduz num término superficial imposto pela força. (EPI pág. 1-7)

De seguida será feita uma curta explicação sobre cada um dos princípios com base no Manual de OAP da EPI.

Em todas as OAP a imparcialidade é essencial para o seu sucesso, pois todas as operações militares devem ser conduzidas com o intuito de não favorecer ou prejudicar qualquer uma das partes, sendo essencial para reter/alcançar a confiança de ambos contendores, aumentando uma maior aproximação a ambos os lados. Caso surja uma acusação de parcialidade, as forças mandatadas podem perder toda a sua credibilidade, consentimento e capacidade para cumprir a missão. (EPI, 2008)

O Consentimento surge como uma necessidade de promover a cooperação e o consentimento entre as partes, necessidade esta que devido à sua importância revela-se



como um pré-requisito neste tipo de operações. Quando este princípio é colocado em causa antes de uma operação militar é exigido uma cuidadosa ponderação e avaliação, tendo em foco as repercussões desta contra o objetivo que se pretende alcançar. As repercussões da perda generalizada de consentimento podem resultar consequências desastrosas, pois pode influenciar a população e a sua vontade de cooperação, colocando em risco a promoção de uma paz autossustentada. (*idem*)

Um dos princípios que é comum em todas as operações militares face ao DIH, refere-se às restrições ao uso da força. De forma a adequar o apropriado e proporcional uso da força, surge a aplicação deste princípio, que permite definir o nível da força para alcançar um objetivo específico. Adjacente a este princípio, surgem as limitações aos métodos e meios de guerra aplicáveis segundo o mandato emanado, DIH, leis nacionais dos países com forças e em determinadas circunstâncias pela lei da Nação Hospedeira. Estas restrições encontram-se explícitas na Diretiva Iniciadora do Conselho do Atlântico Norte (North Atlantic Council-NAC) e nas Regras de Empenhamento (ROE- Rules of Engagement).

Quanto ao princípio do Objetivo ou Estado Final, e citando o manual “Toda a campanha deve ser orientada para objetivos claramente definidos e compreendidos que permitam alcançar o estado final desejado”, também é referido que num ambiente de natureza conjunta e multinacional, contendo além das Forças Armadas, organizações e agências civis, os objetivos estratégico-militares devem estabelecer metas parciais que contribuam para o objetivo ou estado final desejado.(EPI, 2008, p.1-4)

Aliando-se ao último ponto, a unidade de esforço reveste-se de uma grande relevância, pois “a necessidade contínua de uma interação entre o vetor militar e as organizações e agências envolvidas” para o sucesso de uma campanha, devendo estabelecer-se uma aproximação quer entre os vários contingentes, quer com as componentes civis e militares. Esta relação entre o vetor militar e as organizações e agências civis surge através da promoção regular de conferências e reuniões onde se encontram presentes todas as agências e partes intervenientes. (*idem*)

Um princípio que está associado a operações militares, nas quais estão englobadas as OAP é a flexibilidade, que nesta tipologia de operações é exigida uma “elevada capacidade de gestão da mudança e eventual transição para um ambiente seguro e estável”, citando EPI (2008, p.1-4), este princípio verifica-se mais concretamente no caso de ocorrer uma escalada das atividades militares.

No que concerne ao princípio da legitimidade, o Manual de OAP da EPI (2008, p.1-4) define:

A legitimidade e a percepção alargada da mesma, em operações desta natureza, constitui-se como um fator crucial para garantir o apoio da comunidade internacional, nações contribuintes, partes envolvidas e comunidade civil. É igualmente necessário que a operação seja conduzida de acordo com a lei internacional, incluindo os princípios constantes da Carta das Nações Unidas.

A respeito do princípio da segurança é de realçar que a autodefesa está sempre salvaguardada, e para a autodefesa ou outra qualquer operação militar, os militares envolvidos devem encontrar-se treinados e equipados de forma a maximizar a sua segurança.

O princípio da credibilidade surge claramente enunciado no Manual OAP da EPI (2008, p.1-5)

Para que a PSF seja eficaz, ela deve ser credível. O estabelecimento e manutenção da credibilidade requer que a Força responda a todas as situações com profissionalismo, rapidez e reagindo com eficácia aos incidentes.

A credibilidade da operação traduz-se na avaliação e na percepção, que as partes envolvidas, fazem da capacidade da Força para cumprir a missão. O estabelecimento da credibilidade constitui-se como um potencial gerador de confiança para a operação.

No espectro das OAP deve-se ao princípio do respeito mútuo, o respeito pela Força através da sua conduta, profissionalismo e relacionamento com as autoridades reconhecidas e população local. Este princípio está ligado com a credibilidade e imparcialidade que demonstra nas suas ações. Contudo, o respeito mútuo deve ser verificado também entre a Força e as autoridades e a população local.

### **3.2 Operações de Manutenção de Paz**

As Operações de Manutenção de Paz (*Peacekeeping Operations*) surgiram através da necessidade de uma readaptação aos conflitos armados contemporâneos, e são uma das

tipologias inseridas nas Operações de Resposta a Crise, e decorrem de acordo com o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas<sup>15</sup>.

Esta tipologia tem, como base, proporcionar segurança e apoio político na construção da paz, ajudando os países que se encontram em dificuldades em realizar a difícil transição do conflito armado para uma paz sustentada, para tal as OMP das NU são conduzidas através de três princípios gerais, sendo estes, o consentimento entre as partes, a imparcialidade e o não recurso à força, exceto em legítima defesa ou em defesa do mandato<sup>16</sup>.

E se, no início da implementação das OMP, estas possuíam um modelo estritamente militar, hoje em dia, e com a sua evolução esse antigo modelo adquiriu uma grande complexidade, com a incorporação de elementos policiais e civis, através de uma grande cooperação no objetivo de alcançar as bases sustentáveis para a Paz. (NU, 2008)

Contudo, podem ser utilizadas técnicas de combate, principalmente para casos de legítima defesa, mas ao contrário de uma Força de Imposição de Paz, a de Manutenção de Paz encontra-se armada e equipada, mas os seus procedimentos são unicamente para promover a Paz, e o sucesso da força tem como chave a seleção e aplicação de técnicas adequadas para promover a cooperação e o consentimento pela persuasão e influência. (EPI, 2008 pág. 2-19)

De uma forma geral, uma Força de Manutenção de Paz é implantada após o cessar-fogo entre os beligerantes e sob pedido de intervenção de todas as partes beligerantes, e as suas operações são fundamentalmente de monitorização e supervisão do cessar-fogo, num ambiente onde os beligerantes preferem as tréguas ao conflito armado. Um ponto importante é o facto de que estas forças operam segundo regras de empenhamento restritas, e a sua postura deve compor de uma extrema imparcialidade neutralidade.

### **3.3 Operações de Imposição de Paz**

Perante um cenário de conflito armado e privilegiado o uso ou iminência de violência entre beligerantes, as NU no seu Capítulo VII<sup>17</sup> e perante a inexistência de um consentimento entre as partes em conflito, prevêm a utilização das Operações de

---

<sup>15</sup> Resolução Pacífica de Conflitos

<sup>16</sup> <http://www.un.org/en/peacekeeping/operations/peacekeeping.shtml>

<sup>17</sup> Ameaça ou Ruptura da Paz, Ato de Agressão

Imposição de Paz através de um mandato que visa manter ou restabelecer a Paz. (EPI, 2008)

No entanto existe a possibilidade de uma Força de Imposição de Paz não ser mandatada sob o comando das NU. A utilização de tal força implica o uso da força para executar um cessar-fogo entre os beligerantes separando-os, contudo a sua utilização pode ter fins humanitários, como por exemplo, a criação de um campo de refugiados. Na obrigatoriedade dos militares de uma Força de Imposição de Paz levarem a cabo o cessar-fogo, estes ao contrário das OMP, são combatentes ativos opondo-se ou não por um ou outro beligerante perdendo assim a sua neutralidade. (globalsecurity.org)

Em consequência de se encontrarem previstos combates, a Força de Imposição de Paz deve ser suficiente para atingir os objetivos estabelecidos politicamente, e vai exigir uma ampla gama de capacidades militares devendo o seu potencial exceder a dos beligerantes, no entanto a aplicação do uso da força deve ser adequado e sempre de acordo com o DIH, no entanto nesta tipologia as regras de empenhamento são menos restritas.

## **Capítulo 4**

### **Estatuto jurídico dos militares envolvidos em OAP**

#### **4.1 Introdução**

De acordo com o disposto no preâmbulo do Estatuto de Roma adotado a 17 de Julho de 1998, é pedido aos Estados uma consciencialização dos males da guerra e alertado que todos os Estados devem por si efetuar a repressão penal a crimes que se dispõem contrários à paz, à segurança e ao bem-estar da Humanidade.

Tendo presente que, no decurso deste século, milhões de crianças, homens e mulheres têm sido vítimas de atrocidades inimagináveis que chocam profundamente a consciência da Humanidade;

Reconhecendo que crimes de uma tal gravidade que afetam a comunidade internacional no seu conjunto não devem ficar impunes e que a sua repressão deve ser efetivamente assegurada através da adoção de medidas a nível nacional e do reforço da cooperação internacional;

Decididos a pôr fim à impunidade dos autores desses crimes e a contribuir assim para a prevenção de tais crimes;

Relembrando que é dever de todo o Estado exercer a respetiva jurisdição penal sobre os responsáveis por crimes internacionais.

Sendo assim, verifica-se que em resposta a crimes contrários ao DIH, verifica-se uma repressão quer a nível nacional, quer a nível internacional em que no primeiro caso incumpridores serão julgados no seu Estado por leis nacionais no segundo caso serão julgados por leis internacionais, mais concretamente pelo TPI.

Neste Capítulo do TIA será desenvolvido um estudo sobre o estatuto jurídico dos militares em Operações de Apoio à Paz, incidindo na forma como julgar e, especialmente nas implicações das infrações às ROE.

Este estudo apresentará dois casos dos estatutos dos militares presentes em Operações de Manutenção de Paz, e em Imposição de Paz. Segundo as definições anteriormente elaboradas de Operações de Manutenção de Paz e Operações de Imposição

de Paz, é fundamental que os militares presentes em OAP conheçam as leis aplicáveis na sua missão, sendo que estas variam conforme a tipologia e que poderão ter implicações no treino antecedente à projeção de uma força.

De seguida serão descritos os regimes jurídicos aplicáveis a Operações de Manutenção de Paz e Operação de Imposição de Paz.

Para uma melhor compreensão do estatuto jurídico dos militares em Operações de Apoio à Paz, surge a necessidade de escarpelizar o mandato das NU (para uma operação específica) - documento com valor jurídico internacional - e o consequente SOFA, bem como o estatuto estabelecido para pessoal associado às NU. Estes normativos complementares à legislação Nacional e Internacional, que regem a atuação da Força em OAP, são importantes na elaboração das ROE para o tipo de missão em apreço.

### 4.1.1 Estatuto da Força (SOFA)

O Estatuto da Força (*Status of Force Agreement*- SOFA), surge através da negociação entre a nação em que a OAP vai ser realizada e as nações que contribuem fisicamente no Teatro de Operações. O Estatuto da Força refere-se ao estatuto legal dos membros das Forças de Apoio à Paz, sendo que geralmente contém disposições detalhadas relativas à jurisdição penal, imunidades, reivindicações, entre outros. Mas, se no caso de não ser possível acordar o Estatuto da Força com o Estado anfitrião, este pode ser alcançado de uma forma alternativa através de normas separadas. E como iremos verificar no desenvolver do capítulo, a proteção do pessoal empregue numa OAP pode ou não ser efetuada.

### 4.1.2 “Pessoal Associado Às NU”

O pessoal associado às NU é definido no art.º 1º da “Convenção da Segurança das NU e seu pessoal associado”, e como pessoal das NU entende-se:

Para efeitos da presente Convenção:

a) «Pessoal das Nações Unidas» significa:

- i) Pessoas contratadas ou nomeadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas como membros de uma componente militar, policial ou civil de uma operação das Nações Unidas;
- ii) Outros funcionários e peritos das Nações Unidas, das suas agências especializadas ou da Agência Internacional de Energia Atómica presentes, em missão oficial, na zona em que a operação das Nações Unidas está a ser realizada;
- b) «Pessoal associado» significa:
  - i) Pessoas designadas por um governo ou uma organização intergovernamental com o acordo do órgão competente das Nações Unidas;
  - ii) Pessoas contratadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, por uma agência especializada ou pela Agência Internacional de Energia Atómica;
  - iii) Pessoas nomeadas por uma organização humanitária não governamental ou agência, nos termos de um acordo com o Secretário-Geral das Nações Unidas, com uma agência especializada ou com a Agência Internacional de Energia Atómica; para a execução de actividades de apoio ao cumprimento do mandato de uma operação das Nações Unidas .

#### **4.2 Estatuto jurídico dos militares envolvidos em Operações de Manutenção de Paz**

De acordo com a Resolução do conselho de Segurança das Nações Unidas nº 1502, de 2003:

Enfatizando que existem proibições ao abrigo do Direito Internacional contra ataques com conhecimento de causa e intencionalmente dirigidos contra pessoas envolvidas em assistências humanitárias ou missões de manutenção de paz realizadas de acordo com a Carta das Nações Unidas, em situações de conflitos armados constitui um crime de guerra e recorda-se a necessidade para os estados acabarem com a impunidade para tais atos criminosos.

Como podemos verificar os militares “*peacekeepers*” e o uso da força para tais militares só pode ser utilizada em recurso de legítima defesa e para cumprimento do mandato definido pelo CS. A sua ação no TO é pautada pelos princípios enunciados pelo DIH, tais como: a necessidade militar, humanidade, proporcionalidade e distinção. Estes estão relacionados com o SOFA, que vai definir a posição legal das forças militares e como

estes podem conduzir as suas operações, através dos acordos entre as NU e o Estado anfitrião (*host nation*).

O DIH prevê a possibilidade de ocorrência de violações, tais como: a violação é efetuada contra uma força de paz mandatada pelas NU e quando a violação é efetuada pelos “*peacekeepers*”.

No caso de existir uma violação contra pessoal associado às NU, e como já foi estabelecido na convenção de 1994 sobre “Segurança das Nações Unidas e o seu pessoal associado”, os Estados Membros que ratificaram a referida Convenção têm de estabelecer dentro do seu sistema penal nacional um crime específico com uma punição severa para ataques contra forças de Paz (art.º 10º), assim como e de acordo com o 7º artigo da convenção supra mencionada, será responsável pela violação da regra geral que o Estado anfitrião tem de adotar, tendo em atenção a proteção deste pessoal.

Os militares têm de respeitar a legislação local como surge enunciado no art.º 6º da Convenção sobre “Segurança das Nações Unidas e o seu pessoal associado” e, no caso de cometer um crime, independentemente do crime, o militar normalmente não será julgado pelas leis do Estado anfitrião, através dos acordos que têm vindo a ser estabelecidos entre os Estados, sendo assim um militar que cometa um crime pode não ser condenado pelo sistema penal local, tudo isto será tido em conta com o SOFA, através dos acordos estabelecidos, contudo é necessário prever que o militar não sendo julgado no estado anfitrião, poderá ser no seu país, sendo julgado de acordo com a sua legislação nacional.

No que concerne às leis nacionais e efetuando a ligação para o sistema judicial português, os “*peacekeepers*” portugueses no caso de uma violação num país estrangeiro, que de acordo com os acordos estabelecidos, correspondem que em caso de uma violação ao DIH serão julgados pelas leis nacionais e, neste ponto é importante salientar, que poderá ser julgado por qualquer violação à CRP, ao CJM e ao CPP, como por exemplo, o furto de não material de guerra, que apesar de não ser um crime de guerra ou militar, deverá ser julgado internamente pela infração cometida.



### 4.3 Estatuto jurídico dos militares presentes em Operações de Imposição de Paz

Ao contrário do que acontece numa Missão de Manutenção de Paz, os militares presentes numa Missão de Imposição de Paz tendem a adotar um comportamento mais comum ao de um combatente tradicional de uma guerra convencional, daí o *jus in bellum* ou o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados a ser aplicado nesta tipologia de OAP concede uma maior liberdade de ação. E, visto que as forças de imposição da paz são um fator externo, e participando num conflito armado sem o consentimento do Estado anfitrião, estas podem ser consideradas alvos legítimos.

Do mesmo modo que os aplicadores da paz, executando operações de intervenção, que é a realidade da guerra contemporânea, podem fazer uso da força em caso de legítima defesa e na defesa do cumprimento do seu mandato, como são os únicos casos de recurso ao uso da força dos “*peacekeepers*”, mas também obtém legalidade para adquirir objetivos militares, como é estabelecido pelo DIH, através das mais variadas convenções ratificadas, sendo aplicadas como um conflito armado convencional.

De seguida iremos debruçar-nos sobre as violações do DIH, segundo o modelo utilizado no ponto anterior, a violação perpetuada contra a força de imposição da paz e sendo realizada por esta.

No primeiro caso, ou seja, quando se verifica uma violação do DIH cometida contra um membro ou força pertencente de uma Missão de Imposição de Paz, aplicar-se-á a regra *aut decere aut judicare*<sup>18</sup>. Esta regra responsabiliza o país agressor de investigar e julgar o infrator ou extraditá-lo, tendo em vista diminuir a impunidade. Aliada a esta responsabilidade, o país agressor será responsável por todos os danos causados pela violação do DIH e se possível repará-los, como surge expresso no art.º 91º do PA I às CG, “A Parte no conflito que violar as disposições das Convenções ou do Presente Protocolo será obrigada a indemnizar, se a ela houver lugar. Será também responsável por todos os atos cometidos pelas pessoas que fizeram parte das suas Forças Armadas.”

No segundo caso, a violação do DIH de um executor da paz contra um civil, militar ou bem cultural, irá também ser aplicada a regra *aut decere aut judicare*, assim como o país a que pertence o infrator será responsável segundo os pontos referenciados no caso anteriormente referido. Sendo assim, se uma Força Nacional Destacada (FND) estiver presente numa Missão de Imposição de Paz e ocorrer uma infração ao DIH, o infrator será

---

<sup>18</sup> Julgar e investigar ou extraditar

julgado internamente como se encontrasse em tempo de guerra, no entanto, e como se encontra estabelecido no Estatuto de Roma e como referido anteriormente no presente trabalho, caso o TPI não reconheça autoridade ao sistema judicial português, ou este não demonstre intenção para julgar o processo, poderá ser julgado pelo TPI, como enunciado no art.º 17º, no ponto 3.

No que concerne às leis em vigor no país ocupado, estas devem ser respeitadas como é explícito pelo art.º 43º da IV Convenção de Haia em 1907 respeitante às Leis e costumes da Guerra Terrestre, que refere que o País que se encontrar na qualidade de ocupante “deve tomar as medidas ao seu alcance para restaurar e garantir, tanto quanto possível, a ordem e a segurança pública, respeitando ao mesmo tempo, a não ser absolutamente evitado, as leis em vigor no país”. Contudo nada prevê, que os militares do país ocupante não possam ser sujeitos a qualquer tribunal ou lei local, não encontrando-se assim imunes às leis do ocupado.

## Capítulo 5

### Trabalho do Oficial para a prevenção da ocorrência de “crimes de guerra”

#### 5.1 Introdução

No próximo capítulo vai ser desenvolvido o tema em volta da responsabilidade dos superiores hierárquicos, executando uma análise da responsabilidade criminal dos comandantes/oficiais e também do seu papel na prevenção de “crimes de guerra”.

Tendo por base este capítulo e citando o TCor Leandro (2012, pág. 15) “... a doutrina da responsabilidade do seu superior um extraordinário instrumento de educação, treino, ponderação, prevenção e implementação, tendo como consequência direta um importantíssimo contributo para o combate à impunidade internacional por atos praticados no decorrer de conflitos armados.”

Para a análise da responsabilidade criminal dos chefes-militares iremos ter como referência o art.º 25º <sup>19</sup> do Estatuto de Roma e o art.º 7º <sup>20</sup> do Estatuto do Tribunal Internacional *ad hoc*<sup>21</sup> para a ex-Jugoslávia, que abordam a responsabilidade criminal individual e ainda os artigos 27º e 28º <sup>22</sup> do Estatuto de Roma que enuncia a responsabilidade dos chefes militares e outros superiores hierárquicos.

#### 5.1.1 Responsabilidade criminal do chefe militar

Sendo dever do comandante assegurar-se que os seus subordinados agem em conformidade com o DIH, uma falha dos seus deveres deve ser considerado como sua irresponsabilidade. Contudo, uma ação contrária ao seu dever, como infração disciplinar, como comandante é normalmente resolvida por uma ação disciplinar interna, no entanto, em caso de um comandante não conseguir impedir ou punir as violações ao DIH, que

---

<sup>19</sup> Ver Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

<sup>20</sup> Ver Anexo C- Estatuto Do Tribunal Internacional Para Julgar As Pessoas Responsáveis Por Violações Graves Ao Direito Internacional Humanitário Cometidas No Território Da Ex-Jugoslávia Desde 1991

<sup>21</sup> Tradução- com uma finalidade

<sup>22</sup> Ver Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

constitui matéria criminal, pelos seus subordinados, o procedimento à posteriori deve resultar num processo criminal e a pena criminal vai refletir na gravidade e na natureza do crime cometido. (icrc.org)

Na sua essência, o comandante militar adquire inerente à sua posição, uma responsabilidade de ocorrer em crime por omissão<sup>23</sup>, quando este não intercede no sentido de garantir o respeito ao DIH, e recairá sobre a responsabilidade dos seus subordinados. Contudo isso não significa que os seus subordinados sejam absolvidos, pois sobre esses recai o art.º 25º que estabelece ao TPI a competência de julgar pessoas singulares reconhecendo-lhes responsabilidade criminal individual nos termos estabelecidos no presente artigo (art.º 25<sup>24</sup>), dando especial relevo à alínea d) no 3º parágrafo que prevê a responsabilidade criminal individual na contribuição pela prática ou tentativa de prática do crime por um grupo de pessoas, que podemos claramente transpor para a vertente militar, para uma qualquer unidade, desde o escalão mais baixo (esquadra) até ao mais elevado (Corpo de Exército). A principal razão para o estabelecimento da responsabilidade por omissão, surge como consequência da observância que os crimes ao DIH são frequentemente cometidos por militares com um baixo posto, devido a uma insuficiente prevenção e repreensão dos seus superiores hierárquicos.

Sendo assim, e em conformidade com o trabalho os deveres dos comandantes, entre os quais, o de impedir, reprimir e denunciar infrações ao DIH, surgem expressos no art.º 87º do PA I às CG<sup>25</sup>.

### **5.1.2 Ordens e a sua obediência**

Citando Kai Ambos através de Leandro (2012, p.220) “Sabe-se que os homens que atuam sob ordens são capazes dos factos mais hediondos. Quando mais tarde confrontados com esses mesmos factos, não se reconhecem a si mesmos”, isto resulta dos valores incutidos num militar, considerados essenciais para o desempenho de funções, em especial em Tempo de Guerra, através da disciplina militar. Um dos valores que mais se destaca nas

---

<sup>23</sup> Código Penal art.º 10º- comissão por acção e por omissão e resulta da omissão da acção adequada a evitar uma infração, mas apenas será punível quando o omitente tem um dever jurídico que pessoalmente o obrigue a evitar esse resultado

<sup>24</sup> Ver Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

<sup>25</sup> Ver Anexo A- Convenções De Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais

Instituições militares é a obediência ao superior hierárquico, expressando-se num elevado sentido de prontidão dos subordinados para com os seus superiores.

Como é referido no RDM no art.º 2º, bases da disciplina, “A disciplina deve encaminhar todas as vontades para o fim comum e fazê-las obedecer ao menor impulso de comando”, como podemos verificar a obediência para com um superior é elevada, o que pode contribuir para o sucesso do DIH, pois a obediência pode tornar-se no primeiro obstáculo à prática de certos crimes. Segundo Leandro (2012, p.222), a razão para considerar a obediência como o primeiro obstáculo está configurada na afirmação de Montgomery “...neste sentido a disciplina militar incorpora uma total revalidação da própria alma do soldado, isto é, deve ser capaz de ultrapassar o seu instinto natural para salvar a sua pele”, como podemos comprovar, através do exemplo do cumprimento das ROE, em que um militar que se sinta ameaçado sem fundamento, por obediência ao seu chefe-militar, não abre fogo. Este caso remete-nos à situação em que o comandante respeita e exerce o seu comando de acordo com o seu mandato, respeitando o DIH, mas no caso deste não ter “adotado todas as medidas necessárias e adequadas ao seu alcance para prevenir ou reprimir a sua prática ou para levar o assunto ao conhecimento das autoridades competentes...”, excerto do art.º 28º do Estatuto de Roma, que responsabiliza o chefe-militar pelo exercício da sua autoridade e controlo efetivos na ocorrência de um crime.

Mas outro problema é levantado, e quando o superior hierárquico emana ordens ilegais? Surge assim um dilema, referido por A.V. Dicey através de Leandro (2012, p. 223), “a situação de um soldado, pelo menos teoricamente e talvez na prática, é difícil. Ele, tal como foi dito, tem a possibilidade de ser fuzilado por um tribunal militar se desobedecer a uma ordem ou, em alternativa, de ser enforcado por juiz ou por um júri, se decidir obedecer a uma ordem ilegal”, como podemos constatar existe um dilema sobre ordens superiores ilegais.

A abordagem deste dilema também elaborada por Leandro (2012) refere que, através do legado da jurisprudência de Leipzig a aplicação de uma regra geral, revelando que o subordinado que execute uma ordem ilegal não será responsável pelo crime cometido, a não ser que este tenha conhecimento que o seu ato é ilegal e, mesmo assim o tenha executado. Para a determinação da avaliação do conhecimento da ilegalidade da ordem emanada, poderá executar-se o teste do conceito de ordem “manifestamente ilegal”, isto resulta do facto de que o conhecimento da ilegalidade da ordem emanada pelo superior é o único elemento, que permite a responsabilidade criminal individual.

Esta problemática adquire uma maior relevância, quando nos defrontamos, como refere Leandro (2012), com um caso de erro de direito<sup>26</sup> ou erro de facto<sup>27</sup>, em que o subordinado assume uma ordem superior como legal, quando na sua verdade é ilegal. Este erro encontra-se previsto no art.º 32º do Estatuto de Roma <sup>28</sup>, e refere a possibilidade de exclusão da responsabilidade criminal do arguido, em caso de desconhecimento, em que não se verifique intenção para a execução de tal crime.

O ponto mais importante, no que refere às ordens hierárquicas, surge no art.º 33º do Estatuto de Roma <sup>29</sup> que resulta da isenção da responsabilidade criminal do indivíduo, quer seja civil ou militar e tenha cometido um crime em cumprimento de uma decisão/ordem estabelecida por um superior hierárquico, não sabendo que essa ordem era ilegal, desconhecendo que essa ordem difundida não era manifestamente ilegal. É, de realçar é um caso expresso por Leandro, em que refere que um oficial subalterno “saído de uma Academia Militar será difícil afastar a sua responsabilidade do cumprimento de uma ordem ilegal, mesmo que esta não seja manifestamente ilegal, pois tem o dever de conhecer a sua profissão inclusivamente das suas particularidades, afastando o caso de noções técnicas para profissionais do direito. Ao contrário, a um simples soldado do quadro não permanente, será mais fácil aduzir tal defesa” (2012, p.232)

Depois de tudo o que foi abordado na temática ordens e responsabilidade criminal o trabalho continuará a fazer referência às leis nacionais.

O nosso ordenamento jurídico estabelece alguns artigos sobre a obediência a ordens superiores, desde logo a CRP no art.º 271º <sup>30</sup>, que aborda a responsabilidade dos funcionários e agentes, que no seu 1º parágrafo refere a responsabilidade civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões exercidas nas suas funções e que resultam em violação dos direitos ou interesses legalmente protegidos pelos cidadãos, mas apenas quando o seu procedimento ou ação não necessita em qualquer fase de autorização hierárquica. No 2º ponto do mesmo artigo é abordada a responsabilidade do subordinado, sendo esta excluída quando o subordinado, execute as ordens por superiores hierárquicos em matéria de serviço, se previamente o subordinado tiver reclamado das ordens, ou exija a sua transmissão ou confirmação por escrito. Quanto ao 3º ponto, é referido que o dever

---

<sup>26</sup> Desconhecimento da lei/ Principio da legalidade

<sup>27</sup> Perceção errada com acontecimento

<sup>28</sup> Ver Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional

<sup>29</sup> *idem*

<sup>30</sup> Ver Anexo D- Constituição da República Portuguesa

da obediência cessa quando a execução de uma ordem superior resulta na prática de um crime, sendo esta uma regra que incute ao subordinado o não cumprimento de ordens ilegais.

No que diz respeito à obediência, o EMFAR no seu artigo 12º refere:

O dever de obediência decorre do disposto nas leis e regulamentos militares e traduz-se no integral e pronto cumprimento das suas normas, bem como das determinações, ordens e instruções dimanadas de superior hierárquico proferidas em matéria de serviço desde que o respetivo cumprimento não implique a prática de crime.

Aqui verifica-se a inclusão de uma cláusula sobre a legalidade da ordem mandatada por superior hierárquico. De realçar ainda, que no CPP, no art.º 348º a temática de obediência também é abordada, no entanto não se prevê de grande utilidade para a Instituição Militar.

Contudo é importante realçar que, no CJM no seu art.º 87º aborda a insubordinação por obediência, “O militar que, sem motivo justificativo, recusar ou deixar de cumprir qualquer ordem que, no uso de atribuições legítimas, lhe tenha sido dada por algum superior é punido”. No entanto e como foi identificado por Leandro (2012) é necessário definir os critérios para definir a expressão “sem motivo justificativo” em situações de guerra, que não se encontram devidamente explícitos.

## **5.2 Responsabilidade do Oficial no treino e conduta de operações para a prevenção de “crimes de guerra”**

Nesta fase do trabalho da dissertação irá ser abordado o trabalho do Oficial de Infantaria na prevenção de “crimes de guerra” em OAP, através da responsabilidade que lhe é imposta. Para tal irá ser abordado o art.º 28º do Estatuto de Roma e a sua interligação com a responsabilidade criminal.

Sendo um dos objetivos do DIHCA, o respeito pelas suas regras e fundamentos, e tendo como base a responsabilidade incutida no comandante para o controlo dos seus subordinados é importante relevar o trabalho dos oficiais, e neste âmbito irão ser abordados comandantes independente da sua arma ou serviço, pois num TO de uma OAP, o trabalho do oficial é independente da sua arma.

Perante isso, a importância do trabalho dos oficiais (comandantes) é realçado pelo FM 100-23<sup>31</sup>, analisando o desempenho dos comandantes como podendo ser o fator mais importante para alcançar o sucesso numa OAP, pois exige por parte destes habilidade, imaginação, flexibilidade, adaptabilidade e paciência, que devem ser desenvolvidas durante o treino através da liderança, bem como das culturas que o envolvem. Às habilidades referenciadas somamos a supervisão e o controlo.

Através da ideia defendida pelo Coronel Francisco Sousa, uma FND que tenha uma boa estrutura e equipamentos adequados, com pessoal altamente profissional e com uma boa condição física, que se encontre esclarecida quanto ao treino que efetuou, encontrando-se bem instruída e bem treinada, não se encontra com as capacidades militares para cumprir a missão que lhe for atribuída. Pois como é revelado pelo autor, esse sucesso dependerá da liderança exercida pelo Comando da FND, revelando que a liderança é um fator decisivo para o bem-estar da Força, estendendo-se assim às capacidades militares. (Sousa, 2007)

O mesmo autor refere, ainda que, perante as tipologias contemporâneas de OAP, revelou-se uma alteração no modo da perceção da estrutura de uma força, pois o militar independentemente do posto passou a ser um elemento preponderante deixando de ser visto como um elemento a manipular para se cumprir uma missão, em que todos os elementos da Força devem estar cientes da sua importância, dos seus comportamentos e do que o Comando pretende deles, no que diz respeito ao operacional e sócio comportamental, obtendo uma clara noção dos reflexos das suas ações. Perante isso, desde o Comandante à Praça, todos devem ter uma única perceção do que pensa o comandante da força do TO, de qual é a sua intenção, centro de gravidade escolhido por si e qual o SOFA e as suas ROE.

De seguida será abordada a problemática referente ao controlo e realçada a importância da sua falta para a obtenção do sucesso de uma OAP, pois será a partir do seu controlo que o comandante pode prevenir infrações ao DIHCA por sua parte, e pela dos seus subordinados. Para que isto suceda, têm de existir bases fundamentais para que o chefe-militar consiga controlar e prever as atitudes dos seus subordinados, para tal é necessário o chefe-militar obter um grande conhecimento em relação aos seus subordinados, mas também sobre as suas tarefas e saber relacioná-las numa OAP com o DIH, através da sua formação e treino.

---

<sup>31</sup> US Army Field Manual 100-23 on Peace Operations



Quanto ao treino, este deve ser baseado na realidade e pressões inerentes aos militares presentes numa OAP. Para tal, o chefe-militar deve ter atenção que no treino/formação há dificuldades e pressões colocadas sobre um soldado no TO que pode levá-lo a ignorar regras a que deveriam obedecer, como é o caso de medo, cansaço, frustração, raiva, fome e stress. Assim surge a necessidade de superar essas dificuldades e pressões, que podem ser garantidas por um bom controlo, através de um bom treino e ordens bastante claras. Recordando que todos os militares devem executar as suas ações de acordo com as regras, independentemente do seu posto, e salvo alguns casos, será o responsável criminalmente. No treino dos soldados é importante que as suas ações se encontrem sob a conduta dos princípios que regulam o DIHCA, incutindo-os, para tal os soldados devem ter isso como um comportamento natural quotidiano. Para o sucesso do treino com soldados, devem ser evitadas longas leituras, sendo que se deve dar primazia ao treino no terreno, com pequenos exercícios práticos, de preferência adaptados ao TO e na ausência de um elevado grau de dificuldade numa fase inicial, é de salientar, que caso se trate de um pelotão de soldados as instruções sobre regras/normas estabelecidas no TO devem ter o mínimo dispensável em sala. (Roberts)

Agora em relação à responsabilidade do chefe-militar esta surge no art.º 28º do Estatuto de Roma que incute ao chefe-militar efetuar um controlo efetivo dos seus subordinados, resultando assim numa prevenção de atos contrários às leis em vigor e quando se prevê a ocorrência de uma infração, o chefe-militar deve adotar todas as medidas necessárias e adequadas ao seu alcance. Aliada a esta responsabilidade, soma-se ainda que, qualquer militar que se confronte com uma violação ao DIH tem o dever de reportar tal situação.

Como refere Leandro (2005, p.197):

O soldado profissional moderno tem de ser treinado para agir com a razão num ambiente de irracionalidade. Aos comandantes dos exércitos modernos não se pede que implementem regras impossíveis, mas simplesmente que usem o bom senso e a lei para pesar os fatores humanitários no decurso das operações.

Segundo Campos Almeida referido em Leandro, um comandante militar deve: cumprir ordens do poder político; proteger e vigiar a conduta dos seus homens, tendo sempre no seu foco “baixas zero”, ser confrontado por adversários emboscados e a trajar à civil, operar nos mais complexos TO, principalmente em áreas edificadas, mas ao mesmo tempo tem que respeitar templos, escolas, hospitais e monumentos, impedir ataques suicidas, defrontar extremistas religiosos, executar operações militares com adversários

que utilizam a perfídia, e usar a força com proporcionalidade e respeitar a desordenada panóplia de convenções internacionais sobre conflitos armados, sendo assim, verifica-se que o oficial tem em suas mãos um complexo e árduo trabalho para a prevenção dos crimes de guerra por parte dos seus subordinados. (Leandro, 2005)

## Capítulo 6

### Conclusões e Recomendações

#### 6.1 Introdução

Este capítulo tem como finalidade apresentar os resultados acerca da investigação efetuada. Sendo assim, inicialmente serão analisadas as hipóteses, de seguida serão respondidas as questões derivadas e finalmente a resposta à questão central. Por último e após terem sido respondidas as questões apresentadas no trabalho serão reveladas algumas dificuldades encontradas, as limitações do estudo e, por fim serão apresentadas algumas recomendações.

#### 6.2 Reposta às Perguntas Derivadas e validação das Hipóteses

**QD1- Quais são as consequências da violação por parte dos militares em Operações de Apoio à Paz ao Direito Internacional Humanitário?**

H1- A hipótese H1, **as violações ao Direito Internacional Humanitário implicam a abertura de um inquérito, nomeadamente para militares, para serem averiguadas as provas e testemunhas da violação ou violações, podendo ocorrer atenuantes caso se verifique que a violação implique/ resulte de uma ordem de um superior hierárquico**, não foi validada na sua totalidade pelos dados que podem ser retirados dos artigos 25º e 28º do Estatuto de Roma, que se referem às responsabilidades criminais inculcadas aos infratores individualmente, e dos chefes-militares, respetivamente, que abordam a competência do TPI e, em complementaridade aos sistemas judiciais nacionais em julgar os militares, quando incorrem numa infração ao DIH. Na hipótese também se prevê a ocorrência de atenuantes, que é verificada principalmente pelo art.º 33º do Estatuto de Roma, tal e qual, como é referenciado durante a investigação, que refere que quem comete um crime da competência do TPI, em cumprimento de uma ordem superior poderá ser isento, a menos que não tivesse conhecimento de que a ordem era ilegal. Quanto a este ponto, refere-se o conceito, manifestamente ilegal, em que se declara que o militar tinha a

obrigação de saber que a ordem era ilegal. No entanto, aliada a este conceito e à sua implicação surgem os erros de direito e de facto, referenciados no art.º 32º, que assumem o seu papel quando o militar executa uma ordem manifestamente ilegal, por desconhecimento de uma lei que a condene. Sendo assim, a ordem superior unicamente exclui a responsabilidade criminal individual através do conhecimento de que a sua ação é ilegal.

**QD2- Qual é o sistema jurídico que pode julgar uma violação ao Direito Internacional Humanitário numa Operação de Apoio à Paz?**

**H2- O sistema jurídico com a competência para julgar os infratores é a Ordem Jurídica Nacional e, subsidiariamente o Tribunal Penal Internacional.**

A hipótese H2 é validada tendo presente a *aut decere aut judicare* que incute ao país do agressor de tomar a iniciativa de julgar os seus próprios infratores, sendo assim uma FND que execute uma ação contra o DIH, os seus autores serão julgados internamente e só serão julgados pelo TPI caso este não reconheça autoridade ao sistema judicial nacional, ou este não demonstre intenção para julgar o processo, poderá ser julgado pelo TPI, como enunciado no art.º 17º no ponto 3.

**QD3- Quais são os aspetos mais relevantes para os oficiais prevenirem as violações ao Direito Internacional Humanitário por parte dos seus subordinados?**

**H3- Os aspetos mais relevantes para a prevenção por parte dos oficiais, das violações à lei, são, a sua própria formação em Direito Internacional Humanitário e um bom desempenho nas instruções ministradas, por estes, durante um aprontamento de uma Força Nacional Destacada.**

A hipótese H3, não se encontra totalmente validada, pois falta enunciar alguns aspetos, sendo o mais relevante o controlo efetivo dos seus subordinados e a supervisão dos atos desenvolvidos pelos seus subordinados. Outros aspetos considerados por Sousa (2007) são a liderança, considerado como um fator decisivo para o bem-estar da força, e também a capacidade de manter os seus subordinados bem informados e cientes das responsabilidades dos seus atos. Quanto ao treino, apesar de ser considerado na hipótese, é importante que os subordinados sejam treinados para a conduta a aplicar no TO, incutindo essa tal conduta sob os princípios do DIH no seu quotidiano.

Através do texto acerca da validação da hipótese 3, surge a resposta para a questão derivada 3.

### 6.3 Resposta à Questão Central

**Questão Central- Em que medida o Direito Internacional Humanitário preconiza, em termos sancionatórios à responsabilização criminal dos militares em Operações de Apoio à Paz?**

A responsabilização criminal dos militares em OAP, surge sobre duas vertentes, a individual e a dos chefes-militares. No entanto, em termos sancionatórios são aplicadas as repressões penais nacionais e internacionais. No caso português, a nível nacional e numa circunstância de normalidade do sistema jurídico nacional, o militar que ocorrer numa infração criminal será julgado pela Ordem Jurídica Portuguesa, através da CRP, CJM, CDD e a adaptação à legislação penal nacional ao estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, através da Lei nº 31/2004 de 22 de julho, que introduz o princípio de complementaridade, que designa o TPI, como o autor da repressão penal internacional. Esta complementaridade surge como uma necessidade explícita no 10º parágrafo do Preâmbulo do estatuto de Roma.

Sendo assim, verifica-se que em caso de infrações ao DIH, em primeiro atua a repressão penal nacional, através da sua legislação penal para punir os infratores, e só em segundo atuará a repressão penal internacional, através do TPI, em que os infratores serão julgados, de acordo com as leis e convenções internacionais. No entanto, o TPI apenas exerce a sua competência em caso dos tribunais nacionais não demonstrarem fiabilidade ou intenção para julgar os processos decorrentes de infrações ao DIH. Esta ordem de competências para julgar infratores ao DIH revela-se na regra *aut decere aut judicare*, que responsabiliza o país do infrator de investigar, julgar ou extraditá-lo.

Um ponto importante, é a competência do TPI atribuindo a quem cometer um crime da sua competência será considerado individualmente responsável e poderá ser punido por este órgão, no entanto no Estatuto de Roma surge ainda a responsabilidade dos chefes-militares, que inerente à sua posição de comando sob os seus subordinados, pode ocorrer num crime por omissão, quando este não toma todas as ações necessárias para garantir o respeito ao DIH.

No que diz respeito a ordens ilegais de superiores hierárquicos, podem resultar como atenuantes, o desconhecimento sobre a ilegalidade da sua ação decorrente de ordem superior ou tentar pelos meios ao seu alcance para não ser executada.

#### **6.4 Limitações do estudo**

O desenvolvimento do trabalho de investigação foi condicionado pela falta de bibliografia, já que nas bibliotecas a que recorremos, foi evidente a falta de material nesta área, que nos permitisse adquirir facilmente informação necessária. Acresce, a pouca bibliografia existente sobre DIH, nas referidas bibliotecas, nomeadamente na AM e no IESM. Outra limitação está no facto dos livros de especialistas no assunto, serem estrangeiros e extremamente caros, dificultando a sua aquisição.

Outra dificuldade está relacionada com a ausência de conhecimentos mais profundos e específicos no que respeita a questões de direito.

#### **6.5 Recomendações**

A evolução da realidade social, cultural, científica e histórica tem sofrido uma evolução, sistemática e contínua, ao longo dos tempos. É incontestável que ao nível bélico, também se têm verificado grandes mudanças, isto porque um conflito, hoje, exige da parte da comunidade internacional uma responsabilidade de intervenção, no sentido de proteger os vários intervenientes, especificamente a população civil e também as forças militares debilitadas ou seja doentes, feridos, etc.

Refletindo sobre o tema deste trabalho Crimes de guerra em OAP e o trabalho do oficial de Infantaria na sua prevenção, fica-se com a certeza que é um tema inesgotável, esperando que as reflexões e a abordagem ao tema seja proveitosa, no sentido de eliminar as lacunas existentes nesta temática. É, ainda uma problemática pouco aprofundada a utilização dos meios e dos métodos de ataque/guerra, no que concerne ao emprego tático, que resultaria numa maior conscientização do DIH nas ações militares.

E, como foi levantado na investigação, o treino/formação dos militares no que respeita ao DIH deve ser diariamente incutido, aplicando os princípios do DIH em todas as suas ações, que irá refletir-se numa pré-disposição natural para atingir uma conduta concordante ao DIH nos TO, para tal suceder, os oficiais devem também ter uma formação adequada para poder incutir o DIH nos seus subordinados.

No desenvolvimento desta dissertação verificámos que, há ainda, muitos aspetos a ser abordados e aprofundados. São de referir, por exemplo a necessidade de clarificação quanto à relevância das intervenções humanitárias e militares na defesa dos direitos humanos; a definição de um conjunto de valores que suportem a ação da comunidade internacional por meio do Direito, esclarecendo os conceitos de legalidade e de legitimidade de uma forma mais compreensível para quem não tem conhecimentos específicos na área de Direito.

## Bibliografia

Abu Grahb (n.d.). retirado em 13 de Julho de 2013: <http://cdn.wwtdd.com/wp-content/uploads/2011/05/lynndie-england-abu-ghraib-1-450x329.jpg>

Academia Militar. (30 de junho de 2011). NEP 520/DE. *Normas de Execução Permanente*

Adaptação da Legislação Penal Portuguesa ao Estatuto do tribunal Penal Internacional- 17<sup>a</sup>

Alteração ao Código Penal: Lei nº 31/2004, de 22 de julho

Andrade, R., (2011), *Legitimidade e Direito Internacional: Uma Análise Conceitual e Empírica sobre o Uso da Força no Cenário Internacional Contemporâneo*, Porto Alegre, retirado em 12 de maio de 2013: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34810/000783539.pdf?sequence=1>

Baleizão, R., (2011). Os Constrangimentos Legais ao Emprego da Artilharia nas Operações de Áreas Edificadas. *Revista Militar* nº2508- janeiro 2011

Bobbio, N., *O princípio de complementaridade no Estatuto do Tribunal Penal Internacional e a soberania contemporânea*, retirado em 1 de julho de 2013: <http://norbertobobbio.wordpress.com/2009/11/15/o-principio-de-complementaridade-no-estatuto-do-tribunal-penal-internacional-e-a-soberania-contemporanea/>

Boivier, A. (2000), *Direito Internacional Humanitário e Direitos do Conflitos Armados*, Williamsburg: Instituto de Treinamento em Operações de Paz



Carreira, J., “*o direito humanitário, as regras de empenhamento e a condução das operações militares*”, grupo de estudo e reflexão de estratégia, edições culturais da marinha, Lisboa, 2004.

Carta Das Nações Unidas- publicado no Diário da República I Série A, nº 117/91

Centro de Estudos Africanos, *Ruanda 15 anos depois- do genocídio à adolescência democrática. Retirado em 13 de Julho de 2013:*  
<http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=g&n=221>

Código De Justiça Militar, Lei nº 100/2003, Diário da República, I Série A, de 15 de novembro de 2003

Código da República Portuguesa, Lei Constitucional nº1/2005, de 12 de Agosto

Código Penal, Decreto-lei nº 400/82 de 23 de setembro

Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de certas Armas Convencionais que podem ser consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente de 10 de outubro de 1980, publicada no Diário da República I Série A, nº 10/97. Retirado em 11 de julho de 2013: [www.gddc.pt](http://www.gddc.pt)

Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado (1994): Ratificado em Portugal em 14 de maio de 1998 em Resolução da Assembleia da República nº 39/98. Retirado em 11 de julho de 2013: [www.gddc.pt](http://www.gddc.pt)

Convenções De Genebra de 1949 retiradas em 1 de julho de 2013: [www.gddc.pt](http://www.gddc.pt)

Convenções De Genebra-Protocolo Adicional I- PA I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais: Ratificado por Portugal em 27 de maio de 1992 e publicado no DR I Série A, nº 77, de 1 de abril de 1992, retirado em 1 de julho de 2013: [www.gddc.pt](http://www.gddc.pt)

Convenções De Genebra-Protocolo Adicional II- PA II (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Não Internacionais: Ratificado por Portugal em 27 de maio de 1992 e publicado no DR I Série A, nº 77, de 1 de abril de 1992, retirado em 1 de julho de 2013: [www.gddc.pt](http://www.gddc.pt)

Deyra, M., (2001). *Direito Internacional Humanitário*. Lisboa: Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Retirado em 28 de dezembro de 2013: <http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/DIHDeyra.pdf>

Diaz, P. (2009), *Principios fundamentales del Derecho Internacional Humanitario*, Madrid: Revismar

Direitos Humanos na Internet (dhnet)- retirado em 10 de julho de 2013: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)

EPI (2008), *Manual de Operações de Apoio à Paz, Táticas, Técnicas e Procedimentos*

Estatuto De Roma Do Tribunal Penal Internacional- Resolução da Assembleia da República nº 3/2002, publicada no Diário da República I Série A, nº15, de 18 de janeiro de 2002, retirado em 1 de julho de 2013: [www.gddc.pt](http://www.gddc.pt)

Krieger, C. (2004), *Direito Internacional Humanitário*, O precedente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e o Tribunal Penal Internacional, Curitiba: Juruá Editora

Leandro, F., (2005). *As Armas das Vitimas*. Lisboa: Edições Cosmos

Leandro, F., (2012). *Responsabilidade Criminal dos Chefes Militares*, Lisboa: Universidade Católica Editora

Markham, M., *The Evolution of Command Responsibility in International Human Rights Law*, retirado em 22-06-2013: [http://students.washington.edu/wulr/archive/Fall\\_2011/MarkhamFALL11.pdf](http://students.washington.edu/wulr/archive/Fall_2011/MarkhamFALL11.pdf)

NATO (2001), *Peace Support Operations*. Allied Joint Publication 3.4.1

Regulamento De Disciplina Militar- aprovado pela Lei Orgânica nº2/2009, de 22 de julho, Diário da República, I Série A, de 22 de julho de 2009

Roberts, D. (1997), *Teaching The Law of Armed Conflict to Armed Forces: Personal Reflections*, retirado em 22-06-2013:

<https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CDwQFjAB&url=https%3A%2F%2Fwww.usnwc.edu%2Fgetattachment%2F93ed5d0d-5501-4cff-b58b-f85560bdc08f%2FVol--82---Teaching-the-Law-of-Armed-Conflict-to-Ar.aspx&ei=HzNDUvX4DeLG7AbK3oEQ&usg=AFQjCNH9FLN2y7Cg9lfdkiM53ObiNj3fHQ&sig2=VSsFVkiU-5Z6ZHAG2uyYzg&bvm=bv.53077864,d.ZGU>

Rutkoski, J.(2006), *Crimes de Guerra e Responsabilidade Internacional*, dissertação de mestrado na Universidade Católica do Panamá, Curitiba

Sousa, F. (2007), As Capacidades Militares Terrestres nas Operações de Apoio à Paz. *Revista Militar* nº2470- novembro de 2007

STANAG 2449 (2013), publicado por: NATO STANDARDIZATION AGENCY

Tavares, R., (2008). *Direitos Humanos compilação de instrumentos internacionais*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem: Procuradoria-Geral da República. Gabinete de Documentação e Direito Comparado, 2º vol. Retirado em 10 de julho de 2013: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/outraspubPDF/Direitos%20Humanos%20II%20V2.pdf>

Us Army (1994), *Peace Operations*. FM 100-23.

Walzer, M (2003). *Guerras Justas e Injustas: Uma Argumentação Moral com Exemplos Históricos*. São Paulo: Martins Fontes



## **Anexos**

## **Anexo A- Convenções De Genebra-Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais**

### **Artigo 39.º Sinais de nacionalidade**

- 1 - É proibido utilizar, num conflito armado, as bandeiras, pavilhões, símbolos, insígnias ou uniformes militares de Estados neutros ou outros Estados não Partes do conflito.
- 2 - É proibido utilizar as bandeiras, pavilhões, símbolos, insígnias ou uniformes militares das Partes adversas durante os ataques ou para dissimular, favorecer, proteger ou prejudicar operações militares.
- 3 - Nenhuma das disposições do presente artigo ou do artigo 37.º, n.º 1, alínea d), afeta as regras existentes geralmente reconhecidas do direito internacional aplicável à espionagem ou ao emprego dos pavilhões na condução de conflitos armados no mar.

### **Artigo 40.º Quartel**

É proibido ordenar que não haja sobreviventes, ameaçar de tal o adversário ou conduzir as hostilidades em função dessa decisão.

### **Artigo 42.º Ocupantes de aeronaves**

- 1 - Aquele que saltar de pára-quedas de uma aeronave em perigo não deve ser objeto de ataque durante a descida.
- 2 - Ao tocar o solo de um território controlado por uma Parte adversa, a pessoa que saltou de pára-quedas de uma aeronave em perigo deve ter a possibilidade de se render antes de ser objeto de ataque, salvo se for evidente que executa um ato de hostilidade.
- 3 - As tropas aerotransportadas não são protegidas pelo presente artigo.

### **Artigo 51.º Proteção da população civil**

- 1 - A população civil e as pessoas civis gozam de uma proteção geral contra os perigos resultantes de operações militares. De forma a tornar essa proteção efetiva, as regras seguintes, que se aditam às outras regras do direito internacional aplicável, devem ser observadas em todas as circunstâncias.
- 2 - Nem a população civil enquanto tal nem as pessoas civis devem ser objeto de ataques. São proibidos os atos ou ameaças de violência cujo objetivo principal seja espalhar o terror entre a população civil.

3 - As pessoas civis gozam da proteção concedida pela presente secção, salvo se participarem diretamente nas hostilidades e enquanto durar essa participação.

4 - Os ataques indiscriminados são proibidos. Pela expressão «ataques indiscriminados» designam-se:

- a) Os ataques não dirigidos contra um objetivo militar determinado;
- b) Os ataques em que sejam utilizados métodos ou meios de combate que não possam ser dirigidos contra um objetivo militar determinado; ou
- c) Os ataques em que sejam utilizados métodos ou meios de combate cujos efeitos não possam ser limitados, como prescrito pelo presente Protocolo; e que consequentemente são, em cada um desses casos, próprios para atingir indistintamente objetivos militares e pessoas civis ou bens de carácter civil.

5 - Serão considerados como efetuados sem discriminação, entre outros, os seguintes tipos de ataques:

- a) Os ataques por bombardeamento, quaisquer que sejam os métodos ou meios utilizados, que tratem como objetivo militar único um certo número de objetivos militares nitidamente separados e distintos, situados numa cidade, aldeia ou qualquer outra zona contendo concentração análoga de pessoas civis ou bens de carácter civil;
- b) Os ataques de que se possa esperar venham a causar incidentalmente perda de vidas humanas na população civil, ferimentos nas pessoas civis, danos nos bens de carácter civil ou uma combinação destas perdas e danos, que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e direta esperada.

6 - São proibidos os ataques dirigidos a título de represália contra a população civil ou pessoas civis.

7 - A presença ou os movimentos da população civil ou de pessoas civis não devem ser utilizados para colocar certos pontos ou certas zonas ao abrigo de operações militares, especialmente para tentar colocar objetivos militares ao abrigo de ataques ou para encobrir, favorecer ou dificultar operações militares. As Partes no conflito não devem orientar os movimentos da população civil ou das pessoas civis para tentar colocar objetivos militares ao abrigo de ataques ou para encobrir operações militares.

8 - Nenhuma violação destas proibições dispensa as Partes no conflito das suas obrigações jurídicas perante a população civil e as pessoas civis, incluindo a obrigação de tomar as medidas de precaução previstas pelo artigo 57.º

### **Artigo 53.º Proteção dos bens culturais e lugares de culto**

Sem prejuízo das disposições da Convenção de Haia de 14 de maio de 1954 para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado e de outros instrumentos internacionais pertinentes, é proibido:

- a) Cometer qualquer ato de hostilidade contra monumentos históricos, obras de arte ou lugares de culto que constituam património cultural ou espiritual dos povos;
- b) Utilizar esses bens para apoio do esforço militar;
- c) Fazer desses bens objeto de represálias.

### **Artigo 57.º Precauções no ataque**

1 - As operações militares devem ser conduzidas procurando constantemente poupar a população civil, as pessoas civis e os bens de carácter civil.

2 - No que respeita aos ataques, devem ser tomadas as seguintes precauções:

a) Os que preparam e decidem um ataque devem:

i) Fazer tudo o que for praticamente possível para verificar se os objetivos a atacar não são pessoas civis, nem bens de carácter civil, e não beneficiam de uma proteção especial, mas que são objetivos militares, nos termos do n.º 2 do artigo 52.º, e que as disposições do presente Protocolo não proíbem o seu ataque;

ii) Tomar todas as precauções praticamente possíveis quanto à escolha dos meios e métodos de ataque de forma a evitar e, em qualquer caso, a reduzir ao mínimo as perdas de vidas humanas na população civil, os ferimentos nas pessoas civis e os danos nos bens de carácter civil que puderem ser incidentalmente causados;

iii) Abster-se de lançar um ataque de que se possa esperar venha a causar incidentalmente perdas de vidas humanas na população civil, ferimentos nas pessoas civis, danos nos bens de carácter civil ou uma combinação dessas perdas e danos que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e direta esperada;

b) Um ataque deverá ser anulado ou interrompido quando pareça que o seu objetivo não é militar ou que beneficia de uma proteção especial ou que se possa esperar venha a causar incidentalmente perdas de vidas humanas na população civil, ferimentos nas pessoas civis, danos em bens de carácter civil ou uma combinação dessas perdas e danos, que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e direta esperada;

c) No caso de um ataque que possa afetar a população civil, deverá ser feito um aviso, em tempo útil e por meios eficazes, a menos que as circunstâncias o não permitam.



3 - Quando for possível escolher entre vários objetivos militares para obter uma vantagem militar equivalente, a escolha deverá recair sobre o objetivo cujo ataque seja suscetível de apresentar o menor perigo para as pessoas civis ou para os bens de carácter civil.

4 - Na condução das operações militares no mar ou no ar, cada Parte no conflito deve tomar, em conformidade com os direitos e deveres decorrentes das regras do direito internacional aplicável aos conflitos armados, todas as precauções razoáveis para evitar perdas.

5 - Nenhuma disposição do presente artigo poderá ser interpretada como autorizando ataques contra a população civil, pessoas civis ou bens de carácter civil.

### **Artigo 58.º Precauções contra os efeitos dos ataques**

Na medida do que for praticamente possível, as Partes no conflito:

- a) Esforçar-se-ão, procurarão, sem prejuízo do artigo 49.º da Convenção IV, por afastar da proximidade dos objetivos militares a população civil, as pessoas civis e os bens de carácter civil sujeitos à sua autoridade;
- b) Evitarão colocar objetivos militares no interior ou na proximidade de zonas fortemente povoadas;
- c) Tomarão outras precauções necessárias para proteger a população civil, as pessoas civis e os bens de carácter civil sujeitos à sua autoridade contra os perigos resultantes das operações militares.

### **Artigo 59.º Localidades não defendidas**

1 - É proibido às Partes no conflito atacar, por qualquer meio, que seja, as localidades não defendidas.

2 - As autoridades competentes de uma Parte no conflito poderão declarar localidade não defendida todo o lugar habitado que se encontre na proximidade ou no interior de uma zona onde as forças armadas estão em contacto e que esteja aberta à ocupação por uma Parte adversa. Uma tal localidade deve reunir as seguintes condições:

- a) Todos os combatentes, armas e material militar móveis deverão ter sido evacuados;
- b) Não deve ser feito uso hostil das instalações ou estabelecimentos militares fixos;
- c) As autoridades e a população não cometerão atos de hostilidade;
- d) Nenhuma atividade de apoio a operações militares deve ser empreendida.

3 - A presença, nessa localidade, de pessoas especialmente protegidas pelas Convenções e o presente Protocolo e de forças de polícia exclusivamente destinadas a manter a ordem pública não é contrária às condições formuladas no n.º 2.

4 - A declaração feita nos termos do n.º 2 deve ser endereçada à Parte adversa e deve determinar e indicar, de forma tão precisa quanto possível, os limites da localidade não defendida. A Parte no conflito que receber a declaração deve acusar a sua receção e tratar a localidade como uma localidade não defendida, a menos que as condições formuladas no n.º 2 não estejam efetivamente reunidas, em cujo caso deverá informar sem demora a Parte que tiver feito a declaração. Mesmo quando as condições formuladas no n.º 2 não estiverem reunidas, a localidade continuará a beneficiar da proteção prevista pelas outras disposições do presente Protocolo e regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados.

5 - As Partes no conflito poderão acordar sobre a criação de localidades não defendidas, mesmo que essas localidades não preencham as condições formuladas no n.º 2. O acordo deverá determinar e indicar, de forma tão precisa quanto possível, os limites da localidade não defendida; se necessário, pode fixar as modalidades de controlo.

6 - A Parte em poder da qual se encontre uma localidade que seja objeto de tal acordo deverá marcá-la, na medida do possível, com sinais a combinar com a outra Parte, os quais devem ser colocados em locais onde sejam claramente visíveis, particularmente no perímetro e limites da localidade e sobre as estradas principais.

7 - Uma localidade perde o seu estatuto de localidade não defendida logo que deixe de satisfazer as condições formuladas no n.º 2 ou no acordo mencionado no n.º 5. Nessa eventualidade, a localidade continua a beneficiar da proteção prevista pelas outras disposições do presente Protocolo e outras regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados.

#### **Artigo 60.º Zonas desmilitarizadas**

1 - É proibido às Partes no conflito estender as suas operações militares às zonas a que tenham conferido, por acordo, o estatuto de zona desmilitarizada, se essa extensão for contrária às disposições de tal acordo.

2 - Esse acordo será expresse; poderá ser concluído verbalmente ou por escrito, diretamente ou por intermédio de uma Potência protetora ou de uma organização humanitária imparcial, e consistirá em declarações recíprocas e concordantes. Poderá ser concluído tanto em tempo de paz como depois da abertura das hostilidades e deverá determinar e

indicar, de maneira tão precisa quanto possível, os limites da zona desmilitarizada; fixará, se necessário, as modalidades de controlo.

3 - O objeto de um tal acordo será, normalmente, uma zona reunindo as seguintes condições:

- a) Todos os combatentes, armas e material militar móveis, deverão ter sido evacuados;
- b) Não será feito uso hostil das instalações ou estabelecimentos militares fixos;
- c) As autoridades e a população não cometerão atos de hostilidade;
- d) Toda a atividade ligada ao esforço militar deverá ter cessado. As Partes no conflito deverão acordar entre si no que diz respeito à interpretação a dar à condição formulada na alínea a), bem como no que diz respeito às pessoas a admitir na zona desmilitarizada, para além das mencionadas no n.º 4.

4 - A presença, nessa zona, de pessoas especialmente protegidas pelas Convenções e pelo presente Protocolo e de forças de polícia exclusivamente destinadas a manter a ordem pública não é contrária às condições formuladas no n.º 3.

5 - A Parte em poder da qual se encontra uma tal zona deve marcá-la, na medida do possível, com sinais a combinar com a outra Parte, os quais devem ser colocados em locais onde sejam claramente visíveis, particularmente no perímetro e limites da zona e nas estradas principais.

6 - Se os combatentes se aproximarem de uma zona desmilitarizada e as Partes no conflito tiverem concluído um acordo para esse fim, nenhuma delas poderá utilizar essa zona para fins ligados à condução das operações militares, nem revogar unilateralmente o seu estatuto.

7 - No caso de violação substancial por uma das Partes no conflito das disposições dos n.ºs 3 ou 6, a outra Parte ficará livre das obrigações decorrentes do acordo que confere à zona o estatuto de zona desmilitarizada. Nessa eventualidade, a zona perderá o seu estatuto; mas continuará a beneficiar da proteção prevista pelas outras disposições do presente Protocolo e regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados.

### **Artigo 87.º Deveres dos comandantes**

1 - As Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito devem encarregar os comandantes militares, no que respeita aos membros das forças armadas colocadas sob o seu comando e às outras pessoas sob a sua autoridade, de impedir que sejam cometidas infrações às Convenções e ao presente Protocolo e, se necessário, de as reprimir e denunciar às autoridades competentes.

2 - A fim de impedir que sejam cometidas infrações e de as reprimir, as Altas Partes Contratantes e as Partes no conflito devem exigir que os comandantes, consoante o seu nível de responsabilidade, se certifiquem de que os membros das forças armadas colocadas sob o seu comando conheçam as suas obrigações nos termos das Convenções e do presente Protocolo.

3 - As Altas Partes Contratantes e as Partes do conflito devem exigir que qualquer comandante, que tiver conhecimento de que subordinados seus ou outras pessoas sob a sua autoridade vão cometer ou cometeram uma infração às Convenções ou ao presente Protocolo, tome as medidas necessárias para impedir tais violações às Convenções ou ao presente Protocolo e que, oportunamente, tome a iniciativa de uma ação disciplinar ou penal contra os autores das violações

## **Anexo B- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**

### **Artigo 6.º Crime de genocídio**

Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "genocídio" qualquer um dos atos que a seguir se enumeram, praticado com intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal:

- a) Homicídio de membros do grupo;
- b) Ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial;
- d) Imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo;
- e) Transferência, à força, de crianças do grupo para outro grupo.

### **Artigo 7.º Crimes contra a Humanidade**

1 - Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a Humanidade" qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

- a) Homicídio;
- b) Extermínio;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência à força de uma população;
- e) Prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais do direito internacional;
- f) Tortura;
- g) Violação, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez à força, esterilização à força ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de sexo, tal como definido no n.º 3, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis em direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste número ou com qualquer crime da competência do Tribunal;
- i) Desaparecimento forçado de pessoas;
- j) Crime de apartheid;

k) Outros atos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ferimentos graves ou afetem a saúde mental ou física.

2 - Para efeitos do n.º 1:

a) Por "ataque contra uma população civil" entende-se qualquer conduta que envolva a prática múltipla de atos referidos no n.º 1 contra uma população civil, de acordo com a política de um Estado ou de uma organização de praticar esses atos ou tendo em vista a prossecução dessa política;

b) O "extermínio" compreende a sujeição intencional a condições de vida, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, com vista a causar a destruição de uma parte da população;

c) Por "escravidão" entende-se o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças;

d) Por "deportação ou transferência à força de uma população" entende-se a deslocação coativa de pessoas através da expulsão ou de outro ato coercivo, da zona em que se encontram legalmente, sem qualquer motivo reconhecido em direito internacional;

e) Por "tortura" entende-se o ato por meio do qual uma dor ou sofrimentos graves, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa que esteja sob a custódia ou o controlo do arguido; este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legais, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionadas acidentalmente;

f) Por "gravidez à força" entende-se a privação de liberdade ilegal de uma mulher que foi engravidada à força, com o propósito de alterar a composição étnica de uma população ou de cometer outras violações graves do direito internacional. Esta definição não pode, de modo algum, ser interpretada como afetando as disposições de direito interno relativas à gravidez;

g) Por "perseguição" entende-se a privação intencional e grave de direitos fundamentais em violação do direito internacional por motivos relacionados com a identidade do grupo ou da coletividade em causa;

h) Por "crime de apartheid" entende-se qualquer ato desumano análogo aos referidos no n.º 1, praticado no contexto de um regime institucionalizado de opressão e domínio sistemático de um grupo racial sobre um ou outros e com a intenção de manter esse

regime;

i) Por "desaparecimento forçado de pessoas" entende-se a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política, ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa em reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um longo período de tempo.

3 - Para efeitos do presente Estatuto, entende-se que o termo "sexo" abrange os sexos masculino e feminino, dentro do contexto da sociedade, não lhe devendo ser atribuído qualquer outro significado.

### **Artigo 8.º Crimes de guerra**

1 - O Tribunal terá competência para julgar os crimes de guerra, em particular quando cometidos como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes.

2 - Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crimes de guerra":

a) As violações graves às Convenções de Genebra, de 12 de agosto de 1949, a saber, qualquer um dos seguintes atos, dirigidos contra pessoas ou bens protegidos nos termos da Convenção de Genebra que for pertinente:

i) Homicídio doloso;

ii) Tortura ou outros tratamentos desumanos, incluindo as experiências biológicas;

iii) O ato de causar intencionalmente grande sofrimento ou ofensas graves à integridade física ou à saúde;

iv) Destruição ou apropriação de bens em larga escala, quando não justificadas por quaisquer necessidades militares e executadas de forma ilegal e arbitrária;

v) O ato de compelir um prisioneiro de guerra ou outra pessoa sob proteção a servir nas forças armadas de uma potência inimiga;

vi) Privação intencional de um prisioneiro de guerra ou de outra pessoa sob proteção do seu direito a um julgamento justo e imparcial;

vii) Deportação ou transferência, ou a privação de liberdade ilegais;

viii) Tomada de reféns;

b) Outras violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflitos armados internacionais no quadro do direito internacional, a saber, qualquer um dos seguintes atos:

- i) Atacar intencionalmente a população civil em geral ou civis que não participem diretamente nas hostilidades;
- ii) Atacar intencionalmente bens civis, ou seja, bens que não sejam objetivos militares;
- iii) Atacar intencionalmente pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz ou de assistência humanitária, de acordo com a Carta das Nações Unidas, sempre que estes tenham direito à proteção conferida aos civis ou aos bens civis pelo direito internacional aplicável aos conflitos armados;
- iv) Lançar intencionalmente um ataque, sabendo que o mesmo causará perdas acidentais de vidas humanas ou ferimentos na população civil, danos em bens de carácter civil ou prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelem claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e direta que se previa;
- v) Atacar ou bombardear, por qualquer meio, aglomerados populacionais, habitações ou edifícios que não estejam defendidos e que não sejam objetivos militares;
- vi) Provocar a morte ou ferimentos a um combatente que tenha deposto armas ou que, não tendo meios para se defender, se tenha incondicionalmente rendido;
- vii) Utilizar indevidamente uma bandeira de tréguas, a bandeira nacional, as insígnias militares ou o uniforme do inimigo ou das Nações Unidas, assim como os emblemas distintivos das Convenções de Genebra, causando deste modo a morte ou ferimentos graves;
- viii) A transferência, direta ou indireta, por uma potência ocupante de parte da sua população civil para o território que ocupa ou a deportação ou transferência da totalidade ou de parte da população do território ocupado, dentro ou para fora desse território;
- ix) Os ataques intencionais a edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares;
- x) Submeter pessoas que se encontrem sob o domínio de uma parte beligerante a mutilações físicas ou a qualquer tipo de experiências médicas ou científicas que não sejam motivadas por um tratamento médico, dentário ou hospitalar, nem sejam efetuadas no interesse dessas pessoas, e que causem a morte ou façam perigar seriamente a sua saúde;
- xi) Matar ou ferir à traição pessoas pertencentes à nação ou ao exército inimigos;
- xii) Declarar que não será dado abrigo;
- xiii) Destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que as necessidades da guerra assim o determinem;



- xiv) Declarar abolidos, suspensos ou não admissíveis em tribunal os direitos e ações dos nacionais da parte inimiga;
- xv) O facto de uma parte beligerante obrigar os nacionais da parte inimiga a participar em operações bélicas dirigidas contra o seu próprio país, ainda que eles tenham estado ao serviço daquela parte beligerante antes do início da guerra;
- xvi) Saquear uma cidade ou uma localidade, mesmo quando tomada de assalto;
- xvii) Utilizar veneno ou armas envenenadas;
- xviii) Utilizar gases asfixiantes, tóxicos ou similares, ou qualquer líquido, material ou dispositivo análogo;
- xix) Utilizar balas que se expandem ou achatam facilmente no interior do corpo humano, tais como balas de revestimento duro que não cobre totalmente o interior ou possui incisões;
- xx) Empregar armas, projéteis, materiais e métodos de combate que, pela sua própria natureza, causem ferimentos supérfluos ou sofrimentos desnecessários ou que surtam efeitos indiscriminados, em violação do direito internacional aplicável aos conflitos armados, na medida em que tais armas, projéteis, materiais e métodos de combate sejam objeto de uma proibição geral e estejam incluídos num anexo ao presente Estatuto, em virtude de uma alteração aprovada em conformidade com o disposto nos artigos 121.º e 123.º;
- xxi) Ultrajar a dignidade da pessoa, em particular por meio de tratamentos humilhantes e degradantes;
- xxii) Cometer atos de violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º, esterilização à força e qualquer outra forma de violência sexual que constitua também um desrespeito grave das Convenções de Genebra;
- xxiii) Aproveitar a presença de civis ou de outras pessoas protegidas para evitar que determinados pontos, zonas ou forças militares sejam alvo de operações militares;
- xxiv) Atacar intencionalmente edifícios, material, unidades e veículos sanitários, assim como o pessoal habilitado a usar os emblemas distintivos das Convenções de Genebra, de acordo com o direito internacional;
- xxv) Provocar deliberadamente a inanição da população civil como método de fazer a guerra, privando-a dos bens indispensáveis à sua sobrevivência, impedindo, nomeadamente, o envio de socorros, tal como previsto nas Convenções de Genebra;

xxvi) Recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou utilizá-los para participar ativamente nas hostilidades;

c) Em caso de conflito armado que não seja de índole internacional, as violações graves do artigo 3.º comum às quatro Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, a saber, qualquer um dos atos que a seguir se indicam, cometidos contra pessoas que não participem diretamente nas hostilidades, incluindo os membros das forças armadas que tenham deposto armas e os que tenham ficado impedidos de continuar a combater devido a doença, lesões, prisão ou qualquer outro motivo:

i) Atos de violência contra a vida e contra a pessoa, em particular o homicídio sob todas as suas formas, as mutilações, os tratamentos cruéis e a tortura;

ii) Ultrajes à dignidade da pessoa, em particular por meio de tratamentos humilhantes e degradantes;

iii) A tomada de reféns;

iv) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem julgamento prévio por um tribunal regularmente constituído e que ofereça todas as garantias judiciais geralmente reconhecidas como indispensáveis;

d) A alínea c) do n.º 2 do presente artigo aplica-se aos conflitos armados que não tenham carácter internacional e, por conseguinte, não se aplica a situações de distúrbio e de tensão internas, tais como motins, atos de violência esporádicos ou isolados ou outros de carácter semelhante;

e) As outras violações graves das leis e costumes aplicáveis aos conflitos armados que não têm carácter internacional, no quadro do direito internacional, a saber qualquer um dos seguintes atos:

i) Atacar intencionalmente a população civil em geral ou civis que não participem diretamente nas hostilidades;

ii) Atacar intencionalmente edifícios, material, unidades e veículos sanitários, bem como o pessoal habilitado a usar os emblemas distintivos das Convenções de Genebra, de acordo com o direito internacional;

ii) Atacar intencionalmente pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz ou de assistência humanitária, de acordo com a Carta das Nações Unidas, sempre que estes tenham direito à proteção conferida pelo direito internacional dos conflitos armados aos civis e aos bens civis;

- iv) Atacar intencionalmente edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos históricos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objetivos militares;
  - v) Saquear um aglomerado populacional ou um local, mesmo quando tomado de assalto;
  - vi) Cometer atos de violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez à força, tal como definida na alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º, esterilização à força ou qualquer outra forma de violência sexual que constitua uma violação grave do artigo 3.º comum às quatro Convenções de Genebra;
  - vii) Recrutar ou alistar menores de 15 anos nas forças armadas nacionais ou em grupos, ou utilizá-los para participar ativamente nas hostilidades;
  - viii) Ordenar a deslocação da população civil por razões relacionadas com o conflito, salvo se assim o exigirem a segurança dos civis em questão ou razões militares imperiosas;
  - ix) Matar ou ferir à traição um combatente de uma parte beligerante;
  - x) Declarar que não será dado abrigo;
  - xi) Submeter pessoas que se encontrem sob o domínio de outra parte beligerante a mutilações físicas ou a qualquer tipo de experiências médicas ou científicas que não sejam motivadas por um tratamento médico, dentário ou hospitalar, nem sejam efectuadas no interesse dessa pessoa, e que causem a morte ou ponham seriamente a sua saúde em perigo;
  - xii) Destruir ou apreender bens do inimigo, a menos que as necessidades da guerra assim o exijam;
- f) A alínea e) do n.º 2 do presente artigo aplicar-se-á aos conflitos armados que não tenham carácter internacional e, por conseguinte, não se aplicará a situações de distúrbio e de tensão internas, tais como motins, atos de violência esporádicos ou isolados ou outros de carácter semelhante; aplicar-se-á, ainda, a conflitos armados que tenham lugar no território de um Estado, quando exista um conflito armado prolongado entre as autoridades governamentais e grupos armados organizados ou entre estes grupos.

3 - O disposto nas alíneas c) e e) do n.º 2 em nada afetarà a responsabilidade que incumbe a todo o Governo de manter e de restabelecer a ordem pública no Estado e de defender a unidade e a integridade territorial do Estado por qualquer meio legítimo.

## **Artigo 25.º Responsabilidade criminal individual**

1 - De acordo com o presente Estatuto, o Tribunal será competente para julgar as pessoas singulares.

2 - Quem cometer um crime da competência do Tribunal será considerado individualmente responsável e poderá ser punido de acordo com o presente Estatuto.

3 - Nos termos do presente Estatuto, será considerado criminalmente responsável e poderá ser punido pela prática de um crime da competência do Tribunal quem:

a) Cometer esse crime individualmente ou em conjunto ou por intermédio de outrem, quer essa pessoa seja ou não criminalmente responsável;

b) Ordenar, provocar ou instigar à prática desse crime, sob forma consumada ou sob a forma de tentativa;

c) Com o propósito de facilitar a prática desse crime, for cúmplice ou encobridor, ou colaborar de algum modo na prática ou na tentativa de prática do crime, nomeadamente pelo fornecimento dos meios para a sua prática;

d) Contribuir de alguma outra forma para a prática ou tentativa de prática do crime por um grupo de pessoas que tenha um objetivo comum. Esta contribuição deverá ser intencional e ocorrer:

i) Com o propósito de levar a cabo a atividade ou o objetivo criminal do grupo, quando um ou outro impliquem a prática de um crime da competência do Tribunal; ou

ii) Com o conhecimento de que o grupo tem a intenção de cometer o crime;

e) No caso de crime de genocídio, incitar, direta e publicamente, à sua prática;

f) Tentar cometer o crime mediante atos que contribuam substancialmente para a sua execução, ainda que não se venha a consumir devido a circunstâncias alheias à sua vontade. Porém, quem desistir da prática do crime, ou impedir de outra forma que este se consuma, não poderá ser punido em conformidade com o presente Estatuto pela tentativa, se renunciar total e voluntariamente ao propósito delituoso.

4 - O disposto no presente Estatuto sobre a responsabilidade criminal das pessoas singulares em nada afetará a responsabilidade do Estado, de acordo com o direito internacional.

### **Artigo 27.º Irrelevância da qualidade oficial**

1 - O presente Estatuto será aplicável de forma igual a todas as pessoas, sem distinção alguma baseada na qualidade oficial. Em particular, a qualidade oficial de Chefe de Estado ou de Governo, de membro de Governo ou do Parlamento, de representante eleito ou de funcionário público em caso algum eximirá a pessoa em causa de responsabilidade criminal, nos termos do presente Estatuto, nem constituirá de per si motivo de redução da

pena.

2 - As imunidades ou normas de procedimento especiais decorrentes da qualidade oficial de uma pessoa, nos termos do direito interno ou do direito internacional, não deverão obstar a que o Tribunal exerça a sua jurisdição sobre essa pessoa.

### **Artigo 28.º Responsabilidade dos chefes militares e outros superiores hierárquicos**

Para além de outras fontes de responsabilidade criminal previstas no presente Estatuto, por crimes da competência do Tribunal:

a) O chefe militar, ou a pessoa que atue efetivamente como chefe militar, será criminalmente responsável por crimes da competência do Tribunal que tenham sido cometidos por forças sob o seu comando e controlo efetivos ou sob a sua autoridade e controlo efetivos, conforme o caso, pelo facto de não exercer um controlo apropriado sobre essas forças, quando:

i) Esse chefe militar ou essa pessoa tinha conhecimento ou, em virtude das circunstâncias do momento, deveria ter tido conhecimento de que essas forças estavam a cometer ou preparavam-se para cometer esses crimes; e

ii) Esse chefe militar ou essa pessoa não tenha adotado todas as medidas necessárias e adequadas ao seu alcance para prevenir ou reprimir a sua prática ou para levar o assunto ao conhecimento das autoridades competentes, para efeitos de inquérito e procedimento criminal;

b) Nas relações entre superiores hierárquicos e subordinados, não referidos na alínea a), o superior hierárquico será criminalmente responsável pelos crimes da competência do Tribunal que tiverem sido cometidos por subordinados sob à sua autoridade e controlo efetivos, pelo facto de não ter exercido um controlo apropriado sobre esses subordinados, quando:

i) O superior hierárquico teve conhecimento ou não teve em consideração a informação que indicava claramente que os subordinados estavam a cometer ou se preparavam para cometer esses crimes;

ii) Esses crimes estavam relacionados com atividades sob a sua responsabilidade e controlo efetivos; e

iii) O superior hierárquico não adotou todas as medidas necessárias e adequadas ao seu alcance para prevenir ou reprimir a sua prática ou para levar o assunto ao conhecimento das autoridades competentes, para efeitos de inquérito e procedimento criminal.

### **Artigo 32.º Erro de facto ou erro de direito**

1 - O erro de facto só excluirá a responsabilidade criminal se eliminar o dolo requerido pelo crime.

2 - O erro de direito sobre se determinado tipo de conduta constitui crime da competência do Tribunal, não será considerado fundamento de exclusão de responsabilidade criminal. No entanto, o erro de direito poderá ser considerado fundamento de exclusão de responsabilidade criminal se eliminar o dolo requerido pelo crime ou se decorrer do artigo 33.º do presente Estatuto.

### **Artigo 33.º Decisão hierárquica e disposições legais**

1 - Quem tiver cometido um crime da competência do Tribunal, em cumprimento de uma decisão emanada de um governo ou de um superior hierárquico, quer seja militar ou civil, não será isento de responsabilidade criminal, a menos que:

- a) Estivesse obrigado por lei a obedecer a decisões emanadas do governo ou superior hierárquico em questão;
- b) Não tivesse conhecimento de que a decisão era ilegal; e
- c) A decisão não fosse manifestamente ilegal.

2 - Para os efeitos do presente artigo, qualquer decisão de cometer genocídio ou crimes contra a humanidade será considerada como manifestamente ilegal.

## **Anexo C- Estatuto Do Tribunal Internacional Para Julgar As Pessoas Responsáveis Por Violações Graves Ao Direito Internacional Humanitário Cometidas No Território Da Ex-Jugoslávia Desde 1991**

### **Artigo 7.º Responsabilidade penal individual**

1 - Quem tiver planeado, instigado, ordenado, cometido ou, por qualquer outra forma, tiver ajudado e encorajado a planear, preparar ou executar um dos crimes referidos nos artigos 2.º a 5.º do presente Estatuto tornar-se-á individualmente responsável pelo referido crime.

2 - A qualidade oficial de um acusado, quer se trate de um chefe de Estado ou de governo, ou de um alto funcionário, não o isentará de responsabilidade penal e não constituirá motivo de redução da pena.

3 - O facto de um dos atos referidos nos artigos 2.º a 5.º do presente Estatuto ter sido cometido por um subordinado não isenta o seu superior da sua responsabilidade penal se sabia ou tinha motivos para saber que o subordinado se preparava para cometer tal ato ou já o tinha cometido e não tiver tomado as medidas necessárias e razoáveis para impedir que o referido ato fosse cometido ou para punir os seus autores.

4 - O facto de um acusado ter agido na execução de uma ordem de um governo ou de um superior hierárquico não o isentará da sua responsabilidade penal, mas poderá ser considerado motivo para redução da pena, se o Tribunal Internacional entender assim ser de justiça.

## **Anexo D- Constituição da República Portuguesa**

### **Artigo 271.º Responsabilidade dos funcionários e agentes**

1. Os funcionários e agentes do Estado e das demais entidades públicas são responsáveis civil, criminal e disciplinarmente pelas ações ou omissões praticadas no exercício das suas funções e por causa desse exercício de que resulte violação dos direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, não dependendo a ação ou procedimento, em qualquer fase, de autorização hierárquica.
2. É excluída a responsabilidade do funcionário ou agente que atue no cumprimento de ordens ou instruções emanadas de legítimo superior hierárquico e em matéria de serviço, se previamente delas tiver reclamado ou tiver exigido a sua transmissão ou confirmação por escrito.
3. Cessa o dever de obediência sempre que o cumprimento das ordens ou instruções implique a prática de qualquer crime.
4. A lei regula os termos em que o Estado e as demais entidades públicas têm direito de regresso contra os titulares dos seus órgãos, funcionários e agentes.